

VICTORIA-SEGUROS, S.A.
RELATÓRIO & CONTAS
2014



ÍNDICE

03 Estrutura de Governo da Sociedade

1 RELATÓRIO

05 Relatório do Conselho de Administração

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

11 Balanço
16 Demonstração dos Resultados
19 Demonstração do Rendimento Integral
20 Demonstração dos Fluxos de Caixa
22 Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios
26 Notas às Demonstrações Financeiras

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

128 Certificado Legal de Contas
129 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

VICTORIA-SEGUROS S.A.

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA S.A.

Relatório e contas aprovado em AG a 30 de Março de 2015
Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico

VICTORIA-SEGUROS, S.A.

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da assembleia Geral

José António Pinto Ribeiro

PresidenteJ.A. Pinto Ribeiro & Associados, Sociedade
Advogados (representada por Maria
Mateus Pinto)**Secretário**

Conselho de Administração

Alain Dupont

Presidente

Christian Baffy

Vogal

Pierre Esparbes

Vogal

Bernard Millequant

Vogal

Hubert Rodarie

Vogal

Cyrille Mascarelle

Administrador Delegado

Conselho Fiscal

João de Lara Everard

Presidente

Santiago Gil de Biedma

Vogal

António Vilar

Vogal

Luís Henriques

Suplente

Revisor Oficial de Contas

Ernest & Young Audit & Associados -
S.R.O.C., S.A. (SROC nº 178)
(representada por Ana Salcedas
(ROC nº 1230))**Efetivo**

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

Suplente

Conselho Executivo

Cyrille Mascarelle

Administrador Delegado

Carlos Suárez

Diretor Geral Adjunto

Francisco Campilho

Diretor Geral Adjunto

1 RELATÓRIO

VICTORIA-SEGUROS, S.A.

"Ninguém é imprescindível
mas...

TODOS
somos necessários"

Alberto Toledano

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e Notas do Anexo do exercício de 2014.

1.1

Atividade da Empresa

A VICTORIA-Seguros, S.A. explora, no seguro direto, para os mercados de particulares e de empresas os ramos Acidentes e Doença, Incêndio e Outros Danos, Automóvel, Marítimo e Transportes, Engenharia, Responsabilidade Civil e Diversos.

1.2

Prémios

O volume de prémios brutos emitidos atingiu EUR 74.032.150 (2013: EUR 79.472.735) evidenciando uma quebra de 6,8% (2012: quebra de 1,43%).

1.3

Governo da Sociedade

Os custos com sinistros situaram-se em EUR 52.724.820 (2013: EUR 53.748.359), evidenciando uma quebra de 1,9% (2013: quebra de 17,1%) correspondendo a um agravamento do rácio combinado líquido da Empresa.

1.4

Resseguro Cedido

A VICTORIA-Seguros, S.A. manteve contratos de resseguro com a Munich Re, em Munique, a Swiss Re, em Madrid, a MMA (ex-GMF), em Estrasburgo, a John Hancock, em Boston, a Nacional de Reaseguros, em Madrid, a R+V Versi-cherung AG, em Wiesbaden, com a Hannover Re, em Hannover, a Mapfre Re em Madrid, com a SMABTP, a SCOR, a General Re em Madrid, a Caisse Centrale de Reassurance e a XL Re em Paris, com a Catlin Re, a Amlin Re e a Deutsche em Zurique, com a Everest Re em Dublin, e com a Devk Re em Colónia, Axis Re, em Dublin. Iniciou contrato com a Odyssey Ré, Si Ré, New Ré, MCR, Liberty, Aspen Re, Klin, Charterama, MACSF. Em Assistência, a VICTORIA – Seguros, S.A. teve todos os contratos com a Europea de Seguros, em Lisboa. E com a Interpartner em Lisboa para a assistência de Saúde.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

1.5

Custos de exploração líquidos

Os custos de exploração líquidos situaram-se em EUR 14.007.391 (2013: EUR 18.008.744).

1.6

Investimentos

A carteira de investimentos atingiu no final de 2014 um montante de EUR 90.803.276 (2013: EUR 95.749.985). Numa conjuntura conturbada dos mercados financeiros, os proveitos de investimentos atingiram EUR 1.471.053 (2013: EUR 1.117.065).

1.7

Margem de Solvência

A Margem de Solvência evidencia no final do ano um rácio de cobertura de 2,51 (2013: 2,35).

1.8

Custos com Sinistros

Os membros do órgão de administração, uma vez que integram outros órgãos de gestão de sociedades do grupo SMA, não são remunerados pela sociedade. No que se refere ao órgão de fiscalização, a remuneração dos membros do Conselho fiscal consiste numa quantia fixa determinada em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa.

Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentados de forma agregada e individual, são os seguintes:

		2014
Conselho Fiscal		3.500,00
Presidente	João Lara	3.500,00
Vogal	Santiago Gil de Biedma	-
Vogal	António Vilar	-

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

1.9

Outras informações

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

1.10

Ligações de grupo, recursos comuns

A VICTORIA – Seguros, S.A. é uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. O Grupo SMA opera em todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBPT, líder no setor de seguros de construção em França. A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do Grupo SMABTP.

Em Portugal, o Grupo é representado pelo nosso acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. que detém também a totalidade do capital social da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.

As duas empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efetuada na base de critérios objetivos, observando a natureza e o fim da despesa.

1.11

Resultado do exercício e proposta da sua aplicação

O resultado da conta técnica do seguro não vida foi EUR 46.421 (2013: EUR – 6.045.422). O resultado do exercício líquido de impostos é de EUR 21.003 (2013: EUR: – 5.274.117). Propomos que o resultado seja levado a resultados transitados.

1.12

Consolidação de resultados

As nossas contas são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A..

O relatório consolidado contém informações mais detalhadas acerca da atividade das empresas do grupo.

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMABTP, França são também elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

1.13

Previsões para 2015

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços em janeiro de 2015 atingiu EUR 13.098.788 (2014: EUR 13.909.365).

No ano 2015 vamos prosseguir com a consolidação da recuperação iniciada em 2012, mantendo resultados positivos assim como o adequado nível de solvência.

Vamos aprofundar os conceitos estratégicos que diferenciaram os últimos três anos da VICTORIA, procurando sempre uma maior proximidade junto da rede de distribuição profissional rentável, atualizar uma oferta diferenciada de produto, assegurando um posicionamento de especialização e uma proposta de valor distinta. Vamos continuar a procurar fortalecer a filosofia de produtos com estrutura modular e multi-ramo, apostando na distribuição especializada, na cooperação com a Império Assurances e na exploração, junto dos parceiros preferenciais, de formas alternativas de retenção e crescimento rentáveis.

Vamos no ano 215 consolidar e aprofundar os passos dados em 2014 com o novo processo de cotações, com o propósito de elevar a eficiência e adequação do risco na gestão dos processos e do negócio. Vamos manter os esforços na atualização dos portais VICTORIA como ferramenta de comunicação com o nosso cliente, o agente profissional rentável, assim como na melhoria da qualidade de dados, da informação de gestão e na revisão de processos que nos permitirão implementar as ferramentas inerentes ao projeto de Solvência II.

A formação continua a ser um eixo estratégico de desenvolvimento da VICTORIA, pelo que iremos reforçar o investimento em ações que aumentem o potencial dos nossos recursos. Da mesma forma, continuaremos a fortalecer a organização das ações de Responsabilidade Social interna. A sustentabilidade do nosso negócio e da VICTORIA, num enquadramento económico ainda desfavorável, constitui um objetivo muito ambicioso.

O Plano do ano 2015 foi construído a partir das ações propostas para responder a dois grandes desafios que temos pela frente:

- Captação e Base de distribuição do negócio VICTORIA
- Defesa e Retenção do negócio VICTORIA

VICTORIA-SEGUROS, S.A.

1.14

Considerações finais

Queremos agradecer aos Acionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração e ao Conselho Executivo.

Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA pela sua dedicação, indispensável para a concretização do projeto da VICTORIA.

Lisboa, 25 de março de 2015

O Conselho de Administração

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

VICTORIA-SEGUROS, S.A.



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
ATIVO					
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.521.830		1.521.830	3.483.111
3	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	230		230	
	Ativos financeiros detidos para negociação			-	-
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			-	-
	Derivados de cobertura				
4	Ativos disponíveis para venda	86.677.127		86.677.127	94.964.703
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	5.905.106		5.905.106	20.841.128
	Títulos de dívida	80.772.021		80.772.021	74.123.575
	Outros				
5	Empréstimos e contas a receber	3.477.899		3.477.899	93.582
	Depósitos junto de empresas cedentes				
	Outros depósitos			-	20.721
	Empréstimos concedidos	3.477.899		3.477.899	72.861
	Contas a receber				
	Outros				
	Investimentos a deter até à maturidade				
2	Terrenos e edifícios	648.020	5.890	642.130	679.435
	Terrenos e edifícios de uso próprio	648.020	5.890	642.130	679.435
	Terrenos e edifícios de rendimento				
7	Outros ativos tangíveis	4.178.954	3.778.818	400.136	571.821
7	Inventários	18.234		18.234	12.208
	Goodwill				

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
ATIVO					
8	Outros ativos intangíveis	18.005.937	14.886.122	3.119.815	2.458.226
12	Provisões técnicas de resseguro cedido	12.626.716	-	12.626.716	14.465.745
	Provisão para prémios não adquiridos	4.724.944		4.724.944	6.465.748
	Provisão matemática do ramo vida				
	Provisão para sinistros	7.901.772		7.901.772	7.999.997
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
10	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	914.676		914.676	913.334
	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	19.187.730	1.177.538	18.010.192	18.740.541
	Contas a receber por operações de seguro direto	9.997.892	636.319	9.361.573	11.148.379
	Contas a receber por outras operações de Resseguro	2.150.771		2.150.771	1.876.139
	Contas a receber por outras operações	7.039.067	541.219	6.497.848	5.716.023
11	Ativos por impostos	1.239.811	-	1.239.811	1.029.505
	Ativos por impostos correntes	8.559		8.559	101
	Ativos por impostos diferidos	1.231.252		1.231.252	1.029.404
14	Acréscimos e diferimentos	39.180		39.180	31.597
	Outros elementos do ativo				
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	TOTAL ATIVO	148.536.344	19.848.368	128.687.976	137.443.808

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
12	Provisões técnicas	74.691.190	82.518.335
	Provisão para prémios não adquiridos	15.210.245	16.566.584
	Provisão matemática do ramo vida		
	Provisão para sinistros	50.792.421	54.123.674
	De vida		
	De acidentes de trabalho	24.252.853	25.674.359
	De outros ramos	26.539.568	28.449.315
	Provisão para participação nos resultados	6.989	10.929
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade	4.760.835	4.559.379
	Provisão para riscos em curso	3.920.700	7.257.769
	Outras provisões técnicas		
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
	Outros passivos financeiros	21.103	23.915
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores	21.103	23.915
	Outros		
	PASSIVO		
10	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	299.957	308.842
13	Outros credores por operações de seguros e outras operações	4.580.818	4.122.450
	Contas a pagar por operações de seguro direto	1.875.088	2.170.130

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	1.557.403	1.368.942
	Contas a pagar por outras operações	1.148.327	583.378
	Passivos por impostos	2.503.279	2.606.641
	Passivos por impostos correntes	2.386.300	2.573.158
11	Passivos por impostos diferidos	116.979	33.483
14	Acréscimos e diferimentos	3.500.867	5.297.846
26	Outras Provisões	2.987.627	2.833.133
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	88.584.841	97.711.162
	CAPITAL PRÓPRIO		
15	Capital	34.850.000	34.850.000
	(Ações Próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
15	Reservas de reavaliação	562.335	126.212
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	558.708	118.032
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	3.627	8.180
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
11	Reserva por impostos diferidos	(126.525)	(30.922)
	Outras Reservas	34.443.014	34.434.048

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	Resultados Transitados	(29.646.692)	(24.372.575)
	Resultado do exercício	21.003	(5.274.117)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	40.103.135	39.732.646
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	128.687.976	137.443.808

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	42.494.379		42.494.379	45.700.915
19	Prémios brutos emitidos	74.032.150		74.032.150	79.472.735
	Prémios de resseguro cedido	(31.349.478)		(31.349.478)	(34.276.464)
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	1.552.511		1.552.511	1.848.568
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(1.740.804)		(1.740.804)	(1.343.924)
20	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-		-	-
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(32.748.973)		(32.748.973)	(33.500.960)
21	Montantes pagos	(35.694.490)		(35.694.490)	(36.979.385)
	Montantes brutos	(55.768.561)		(55.768.561)	(57.163.866)
	Parte dos resseguradores	20.074.071		20.074.071	20.184.481
	Provisão para sinistros (variação)	2.945.517		2.945.517	3.478.425
21	Montantes brutos	3.043.741		3.043.741	3.415.507
	Parte dos resseguradores	(98.224)		(98.224)	62.918
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3.135.613		3.135.613	(1.084.280)
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-		-	-
	Montantes brutos	-		-	-
	Parte dos resseguradores	-		-	-
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(5.267)		(5.267)	(2.376)
28	Custos e gastos de exploração líquidos	(14.007.391)		(14.007.391)	(18.008.744)
	Custos de aquisição	(14.299.329)		(14.299.329)	(16.931.426)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(196.173)		(196.173)	(227.328)
	Gastos administrativos	(6.758.978)		(6.758.978)	(8.418.535)
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	7.247.089		7.247.089	7.568.545

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Rendimentos	524.972	68.122	593.094	508.728
22	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	524.972	68.122	593.094	508.728
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros				
	Gastos financeiros	(198.900)	(20.019)	(218.919)	(245.536)
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
23	Outros	(198.900)	(20.019)	(218.919)	(245.536)
24	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	841.938	36.021	877.959	608.337
	De ativos disponíveis para venda	841.938	36.021	877.959	608.337
	De empréstimos e contas a receber				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				
	De outros			-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para Negociação			-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			-	-
	Diferenças de câmbio				
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			-	-
	Perdas de imparidade (liquidas reversão)	-		-	-

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	De ativos disponíveis para venda				-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De outros				
25	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	10.041		10.041	16.135
26	Outras provisões (variação)		(155.126)	(155.126)	(867.858)
27	Outros rendimentos/gastos		5.938	5.938	176.963
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	46.412	(65.064)	(18.652)	(6.698.676)
11	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			(160.422)	(150.710)
11	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			200.077	1.575.269
	RESULTADO LÍQUIDO DO IMPOSTOS	46.412	(65.064)	21.003	(5.274.117)

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

	2014	2013
Resultado líquido do exercício	21.003	(5.274.117)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Por via de valorizações/desvalorizações	554.959	35.114
Por via de alienações	(114.283)	(559.651)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	(4.553)	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	(95.603)	141.527
Ganhos e perdas atuariais reconhecidas	8.966	13.915
Outras perdas reconhecidas no capital próprio	-	-
Total do rendimento integral	370.489	(5.643.212)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO		2014	2013
1	ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
	Recebimentos:	154.841.605	274.740.955
	Clientes (prémios recebidos)	75.556.497	78.225.123
	Venda/amortização de ativos financeiros (Inv)	76.508.363	191.135.171
	Juros e dividendos (Inv)	9.745	10.661
	Recebimentos de taxas e impostos		-
	Regularização c/c Seguradoras	2.767.000	5.370.000
	Pagamentos:	154.986.792	(274.690.125)
	Clientes (sinistros e estornos)	50.183.279	48.931.825
	Comissões	4.609.454	4.968.778
	Resseguradores	3.982.076	7.500.786
	Outros prestadores	452.272	3.084.419
	Fornecedores diversos	8.105.365	44.484.331
	Pagamentos a colabores	5.102.969	5.320.005
	Compra de ativos financeiros (Inv)	69.686.999	144.604.817
	Pagamento de taxas e impostos	12.699.834	14.822.145
	Despesas de Viagem	163.944	227.603
	Fundo Fixo Caixa	600	1.884
	Regularização c/c Seguradoras	-	743.532
	Fluxo das atividades operacionais	(145.187)	50.830
2	ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
	Recebimentos:	-	-
	Investimentos Financeiros (reembolso de Emp. Conc.)	-	-
	Imobilizações corpóreas (alienação)	-	-
	Imobilizações incorpóreas (alienação)	-	-

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO		2014	2013
1	ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
	Juros de Emp. Conc.	-	
	Dividendos de participações	-	
	Pagamentos:	1.816.094	1.314.113
	Investimentos Financeiros (Const. Emp. concedidos)	-	
	Imobilizações corpóreas (aquisição)	79.045	353.390
	Imobilizações incorpóreas (aquisição)	1.737.049	960.723
	Fluxo das atividades de Investimentos	(1.816.094)	(1.314.113)
3	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
	Recebimentos:	-	-
	Empréstimos Obtidos (Pela constituição)	-	
	Aumentos de Capital	-	
	Doações	-	
	Pagamentos:	-	-
	Empréstimos Obtidos (Juros \$ reembolsos)	-	
	Amort. de contratos de locação financeira	-	
	Dividendos	-	
	Fluxo das atividades de financiamento	-	-
4	= 1 + 2 + 3 + 4	(1.961.281)	(1.263.283)
	Caixa e seus equivalentes no início do período	3.483.111	4.746.394
	Caixa e seus equivalentes no final do período	1.521.830	3.483.111

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Demonstração de variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras Reservas			Resultados transitados	Resultado do Exercício	TOTAL
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		Reserva Legal	Prémios de emissão	Outras Reservas			
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		440.676								440.676
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			(4.553)							(4.553)
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio										-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				(95.603)						(95.603)
Aumento de reservas por aplicação de resultados										-
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/prejuízos								(5.274.117)	5.274.117	-
Alterações de estimativas contabilísticas										-
Outros ganhos/perdas reconhecidas diretamente no capital próprio									8.966	8.966

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Demonstração de variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de reavaliação			Outras Reservas			Resultados transitados	Resultado do Exercício	TOTAL
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva Legal	Prémios de emissão	Outras Reservas			
Total das variações do capital próprio	-	440.676	(4.553)	(95.603)	-	-	8.966	(5.274.117)	5.274.117	349.486
Resultado líquido do período									21.003	21.003
Distribuição antecipada de lucros										
Balanço a 31 de	34.850.000	558.708	(126.525)	(126.525)	1.460.767	33.012.365	(30.118)	(29.646.692)	21.003	40.103.135

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ÍNDICE

- I. Introdução
- II. Informação por Segmentos
- III. Políticas Contabilísticas
- IV. Gestão de Riscos
- V. Notas ao Balanço
 - NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
 - NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
 - NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
 - NOTA 4 – Ativos disponíveis para venda
 - NOTA 5 – Empréstimos e contas a receber
 - NOTA 6 – Afetação dos Investimentos
 - NOTA 7 – Outros ativos tangíveis e Inventários
 - NOTA 8 – Outros ativos intangíveis
 - NOTA 9 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 10 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
 - NOTA 11 – Ativos e Passivos por impostos
 - NOTA 12 – Provisões Técnicas
 - NOTA 13 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 14 – Acréscimos e Diferimentos
- VI. Notas à Conta de Ganhos e Perdas
 - NOTA 15 – Capital Próprio
 - NOTA 16 – Reserva Legal
 - NOTA 17 – Transações entre partes relacionadas
 - NOTA 18 – Elementos extra patrimoniais
- VI. Notas à Conta de Ganhos e Perdas
 - NOTA 19 – Prémios de contratos de seguro
 - NOTA 20 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços
 - NOTA 21 – Custos com Sinistros
 - NOTA 22 – Rendimentos / réditos de investimentos
 - NOTA 23 – Gastos Financeiros
 - NOTA 24 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
 - NOTA 25 – Outros rendimentos/gastos técnicos
 - NOTA 26 – Outras Provisões (Variação)
 - NOTA 27 – Outros rendimentos/gastos
 - NOTA 28 – Gastos diversos por função
 - NOTA 29 – Gastos com o pessoal
- VII. Eventos subsequentes à data de encerramento
- VIII. Justo valor de ativos e passivos financeiros
- IX. Alterações das Políticas Contabilísticas
- X. Inventário de Títulos e Participações Financeiras

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

I – INTRODUÇÃO

A VICTORIA - Seguros, S.A. foi constituída por escritura pública de 29 de outubro de 2002 pela transferência dos ativos e passivos da atividade de seguros dos ramos não vida da anterior empresa com a mesma denominação e objeto social. Esta empresa alterou na mesma data a sua firma para VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e o seu objeto social para o de uma sociedade de gestão de participações sociais.

A 30 de maio de 2003 foi outorgada a escritura de trespasse da carteira de seguros dos ramos não vida da sucursal em Portugal da CGU - International Insurance Plc (Commercial Union Portugal), incluindo os ativos e passivos relacionados bem como os respetivos colaboradores. A 27 de novembro de 2012 foi celebrada a escritura de transferência da carteira da sucursal em Portugal da Asefa-Seguros e Reaseguros S.A. incluindo os ativos e passivos relacionados bem como os colaboradores.

Com sede social no Edifício VICTORIA, Av. da Liberdade, 200, em Lisboa, está representada no país através de 5 delegações e de 7 escritórios.

No seguimento processo iniciado no último trimestre de 2013 de adaptação da estrutura ao modelo de distribuição, enquadrado na política de contenção e racionalização de custos, concluiu-se em 2014 o redimensionamento da estrutura, adequando-a assim à atual carteira de negócios.

Atualmente apresenta um capital social de Euros 34.850.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e tem como objeto social o desenvolvimento da atividade de seguro e resseguro dos Ramos Não Vida.

No final de 2011, a VICTORIA – Seguros, S.A. passou a ser uma empresa do Grupo Segurador SMABTP com sede social em Paris, França. Em Portugal, o Grupo é representado pelo acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.

II - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Relato por segmentos operacionais

O relato por segmentos operacionais, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, e relativamente aos contratos de seguros, é analisado como segue:

(Un: Euros)

2014	Ramos Não Vida	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
Prêmios brutos emitidos	74.032.150	28.177.929	15.750.151	13.087.830	9.719.562	7.296.678
Prêmios de resseguro cedido	31.349.478	13.305.423	10.659.925	1.623.497	2.557.342	3.203.291
Prêmios brutos adquiridos	75.584.661	28.314.221	16.438.483	13.759.509	9.904.584	7.167.864
Resultados dos investimentos	1.168.010	125.588	249.540	244.116	461.487	87.279
Custos com sinistros brutos	52.724.820	21.906.057	10.403.182	9.054.469	6.884.486	4.476.626
Custos de exploração brutos	21.254.480	6.181.402	4.998.863	4.493.681	3.123.719	2.456.815
Resultado técnico	46.412	1.989.600	(972.291)	(493.105)	(1.103.569)	624.777
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	85.631.625	10.561.922	19.922.655	19.564.484	28.621.225	6.961.340
Provisões técnicas	74.691.190	8.889.261	16.767.563	16.466.114	26.709.358	5.858.893

II - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

(Un: Euros)

2013	Ramos Não Vida	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
Prémios brutos emitidos	79.472.735	28.617.984	17.208.052	15.657.047	11.486.196	6.503.456
Prémios de resseguro cedido	34.276.464	13.999.442	12.539.894	1.623.497	2.557.342	3.556.289
Prémios brutos adquiridos	81.321.303	28.985.796	17.878.886	16.377.440	11.771.540	6.307.641
Resultados dos investimentos	833.888	116.337	166.993	167.468	340.410	42.680
Custos com sinistros brutos	53.748.359	24.835.421	9.631.664	9.586.809	6.830.760	2.863.705
Custos de exploração brutos	25.577.289	8.742.475	5.458.116	5.502.902	3.695.399	2.178.397
Resultado técnico	(6.045.422)	(4.804.008)	(2.209.990)	789.122	114.620	64.834
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	87.228.160	13.871.949	19.300.560	19.528.010	29.672.242	4.855.400
Provisões técnicas	82.518.335	13.050.577	18.157.754	18.371.736	28.370.362	4.567.906

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

No âmbito do disposto da Norma Regulamentar nº 4/07, as demonstrações financeiras são preparadas de acordo com um novo regime (Novo Plano de Contas para Empresas de Seguros (“PCES 07”)), com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n. 20/2007 – R de 31 de dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de dezembro, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4 tendo um caráter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board

(“IASB”) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2012 a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2012. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto IX. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, das propriedades de investimento que se encontram ao justo valor e dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

A apresentação das Demonstrações Financeiras e as respetivas notas às contas, respeitam as exigências de informação estabelecidas na IAS 1, bem como a informação requerida pelo órgão de supervisão, através do Plano de Contas para o Setor Segurador, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R de 27 de abril com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R de 31 de dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de dezembro.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015.

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2013 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na secção IX. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela UE.

Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas do ASF. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, parafiscal, prudencial ou quaisquer outros.

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Empresa realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

i) Provisão para prémios não adquiridos

De acordo com o disposto no decreto-lei 94-B/98, de 17 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo decreto-lei 8-A/2002, de 11 de janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis. A provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes, deduzida das comissões de mediação respetivas. O montante desta provisão

é calculado mediante a aplicação do método “prorrata temporis” por cada contrato em vigor, para todos os ramos.

ii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), bem como os custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final de cada exercício.

As reservas matemáticas relativas aos sinistros ocorridos, envolvendo o pagamento de pensões vitalícias, referentes ao ramo Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais, estabelecidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

iii) Provisão para participação nos Resultados

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados em função dos resultados técnicos dos contratos respetivos.

iv) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

v) **Provisão para desvios de sinistralidade**

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

vi) **Comissões de mediação**

A comissão de mediação é a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémios.

Terrenos e edifícios

Relativamente aos investimentos em terrenos e edifícios a Companhia considera terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afetas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efetuadas por um avaliador

independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adotada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os fatores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais fatores, a acontecerem, e pelo facto dos imóveis se encontrarem valorizados pelo modelo de revalorização, serão objeto de avaliação independente, não existindo por esse facto, lugar ao reconhecimento de imparidades.

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

A VICTORIA classifica uma entidade como associada desde que sobre a mesma detenha controlo ou influência significativa, entendendo-se como:

- controlo o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de forma a obter benefícios da sua atividade
- influência significativa o poder de participar e influenciar, nas decisões das políticas financeiras e operacionais

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

O investimento numa associada é inicialmente reconhecido pelo custo de aquisição, na data da transação ou constituição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida sua distribuição.

Ativos financeiros

A VICTORIA classifica os seus ativos financeiros no reconhecimento inicial a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros disponíveis para venda.

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo, que não sejam ativos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial. Inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com tratos de seguro e outras transações.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Aquisições e alienações de ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controle sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“bid-price”). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (1) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedecem às características de cada categoria. As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas.

A VICTORIA não procedeu à reclassificação de quaisquer ativos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da **imparidade nos ativos disponíveis para venda**, segue os seguintes procedimentos:

Títulos de rendimento variável: A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento em que uma imparidade é contabilizada no ativo, não deve ser revertida.

- I. Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;
- II. Ações e Fundos de Investimento, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

- I. Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:
 - a. Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
 - b. Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

1 RELATÓRIO**2** INFORMAÇÃO
FINANCEIRA**3** RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO**III – POLITICAS
CONTABILÍSTICAS**

II. Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

- a. Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b. Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c. Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d. Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e. Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f. Outros fatores

Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fração por parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, e no cumprimento da referida legislação, a Norma nº16/2006-R e a Circular 9/2008, vem clarificar o método de cálculo do referido ajustamento.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição. As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa entre os 3 e os 6 anos.

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,5%
Máquinas e ferramentas	12,5% a 25%
Equipamento informático	25% e 33%
Instalações interiores	10% a 16,66%

A avaliação efetuada para determinação da existência de **imparidade nos ativos tangíveis e intangíveis** é efetuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do ativo. Dependendo dos casos, o procedimento adotado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos.

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação.

Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Benefícios aos empregados

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“settlement”).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos. Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes

do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.

Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A VICTORIA utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade:

Títulos de rendimento variável: A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, não deve ser revertida.

- I. Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;
- II. Ações e Fundos de Investimento, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

- I. Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:
 - a. Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
 - b. Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;
- II. Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:
 - a. Significativa dificuldade financeira do Emitente
 - b. Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

- a. Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- b. Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- c. Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- d. Outros fatores

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar

é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão para participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

IV – GESTÃO DE RISCOS

1. Risco Estratégico

O risco estratégico é baseado no risco de perdas por decisões e objetivos estratégicos inadequados. A nível estratégico a VICTORIA – Seguros, S.A. tem delineado os objetivos estratégicos globais a três anos, bem como anualmente define o plano de ações estratégicas a desenvolver e implementar durante o ano e o orçamento anual. A estratégia é delineada tendo em conta a realidade da Companhia e do mercado envolvente e na capacidade de sustentabilidade dos riscos assumidos. As ações estratégicas e o orçamento são apresentados anualmente no encontro anual de colaboradores, assegurando que todos sabem os objetivos a seguir. Cabe ao Comité de Risco analisar a evolução e garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado, sendo coordenado pela Direção de Gestão de Riscos e Planeamento, com a participação dos diretores de topo da companhia. Por outro lado, existe um acompanhamento mensal da evolução das ações e orçamento, que é analisado mensalmente na reunião de Direção, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao inicialmente previsto.

No âmbito da estratégica deve-se também realçar a importância dada pela organização ao Projeto Solvência II, nomeadamente no desenvolvimento da metodologia de autoavaliação prospetava de riscos (FLAOR/ ORSA). Análise já considerada na definição da estratégia para os próximos três anos, existindo um crescimento/ consolidação na gestão baseada no conhecimentos do risco.

2. Risco Reputacional

O Risco Reputacional corresponde ao risco de perdas originadas pelo declínio de imagem. De forma a monitorizar este risco são analisados periodicamente alguns indicadores, como o relatório trimestral da evolução das reclamações, por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta e indicadores do mercado.

3. Risco específico de Seguros

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

IV – GESTÃO DE RISCOS

Estas perdas podem resultar de diversos fatores:

- Deficiências nos processos de subscrição, de desenho e tarificação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistro
- De alterações nos riscos mais significativos como o risco de prémios, o risco de provisões e o risco de catástrofe.

Políticas de Subscrição

As políticas de subscrição estão enquadradas dentro das diretrizes globais de gestão da Companhia, nomeadamente em matéria de análise de risco prudentes, tendo em conta a experiência da VICTORIA, o conhecimento do mercado e as indicações dos resseguradores.

A prática destas políticas está definida no manual de subscrição de riscos e de gestão de carteiras para o Ramo Não Vida, revisto em 2012. Este documento estabelece as regras gerais e específicas que devem ser respeitadas na subscrição de novos segmentos e na gestão das carteiras existentes, tanto no negócio de seguro direto, como no negócio de resseguro aceite.

Tarificação

A VICTORIA tem como objetivo garantir a adequação dos prémios praticados, relativamente aos riscos assumidos. A construção de tarifas é efetuada pelo departamento técnico, com o suporte da área atuarial e, dependendo do tipo de produto, são analisadas as variáveis relevantes para a avaliação do risco, visando garantir a elaboração de bases técnicas prudentes, adequadas ao risco e à rentabilidade expectável.

Entre os vários fatores que influenciam o preço, destacam-se os custos estimados com sinistros, custos associados à sua comercialização, evolução do mercado de capitais, enquadramento social da atividade em que o risco está inserido, requisitos para cumprimento da margem de solvência, rentabilidade dos produtos e condições de oferta do mercado segurador para produtos equivalentes.

Provisionamento

As provisões para sinistros são constituídas caso a caso com um adequado nível de prudência. Trimestralmente são efetuados processos de revisão, com base nos quais se detetam possíveis desvios da sinistralidade face ao provisionado e se procede ao respetivo ajustamento. Numa ótica de monitorização contínua das provisões são produzidos relatórios de exceção, que visam analisar e resolver situações anómalas.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

Resseguro

Como forma de redução da exposição ao risco, a VICTORIA segue uma política de resseguro clara e rigorosa, cedendo parte dos riscos por si assumidos a resseguradoras, tendo por princípio uma escolha criteriosa da pool de resseguradoras com base numa análise da sua capacidade financeira, adequada ao perfil da carteira.

O resseguro da Companhia está disperso por 29 resseguradoras e o Nat Cat está colocado em 17 resseguradores.

Como membro do International Group Program (IGP) a VICTORIA tem, ainda um acordo de resseguro com o John Hancock (gestor do IGP) relativamente ao ramo de Saúde. Este ramo em 2014 tinha dois tratados de resseguro de Quota Share com a SMABTP e Munich.

O resseguro existente na companhia tem por base tratados de resseguro, cujo resumo das principais características é exposto no quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro	Retenção	Limite de cobertura
Incêndio e outros danos	Quota Share	250.000	500.000
	First Surplus	500.000	18.000.000
Incêndio e outros danos (catástrofes naturais)	Excess of Loss	5.000.000	125.000.000
			120.000.000 xs 5.000.000
Automóvel	Excess of Loss	500.000	50.000.000
			49.500.000 xs 500.000
Marítimo, aéreo e transportes	Quota Share	300.000	600.000
	Excess of Loss per risk or event	600.000	4.000.000
			3.400.000 xs 600.000
	Excess of Loss per event	4.000.000	14.000.000
			10.000.000 xs 4.000.000
Acidentes Pessoais	Quota Share	250.000	500.000
	Excess of Loss per risk or event	500.000	1.500.000
			1.000.000 xs 500.000
	Excess of Loss per event	1.500.000	9.000.000
			7.500.000 xs 1.500.000

IV – GESTÃO DE RISCOS

Resseguro

Como forma de redução da exposição ao risco, a VICTORIA segue uma política de resseguro clara e rigorosa, cedendo parte dos riscos por si assumidos a resseguradoras, tendo por princípio uma escolha criteriosa da pool de resseguradoras com base numa análise da sua capacidade financeira, adequada ao perfil da carteira.

O resseguro da Companhia está disperso por 29 resseguradoras e o Nat Cat está colocado em 17 resseguradores.

Como membro do International Group Program (IGP) a VICTORIA tem, ainda um acordo de resseguro com o John Hancock (gestor do IGP) relativamente ao ramo de Saúde. Este ramo em 2014 tinha dois tratados de resseguro de Quota Share com a SMABTP e Munich.

O resseguro existente na companhia tem por base tratados de resseguro, cujo resumo das principais características é exposto no quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro	Retenção	Limite de cobertura
Acidentes de Trabalho	Excess of Loss	400.000	7.000.000
			6.600.000 xs 400.000
Responsabilidade Civil	Quota Share	200.000	400.000
	Excess of Loss	400.000	3.000.000
			2.600.000 xs 400.000
Engenharia	Quota Share	250.000	500.000
	Quota Share	3.600.000	12.000.000
	Excess of Loss per risk	500.000	6.000.000
			5.500.000 xs 500.000
	Excess of Loss per event	1.000.000	6.000.000
			5.000.000 xs 1.000.000
Caução	Quota Share	4.500.000	15.000.000
	Excess of Loss	2.000.000	4.500.000
			2.500.000 xs 2.000.000
Decenal	Quota Share	20.000.000	40.000.000
	Excess of Loss	4.000.000	16.000.000
			12.000.000 xs 4.000.000

IV – GESTÃO DE RISCOS

No quadro abaixo exposto, encontram-se os prémios de seguro direto e de resseguro:

(Valores em Milhares de Euros)

Ramo	Prémios 2014				Prémios 2013			
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Total liq. Resseguro	Tx de Cedência	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Total liq. Resseguro	Tx de Cedência
Saúde	28.178	13.305	14.873	47%	28.618	13.999	14.619	49%
Incêndio e outros danos	15.750	10.660	5.090	68%	17.208	12.540	4.668	73%
Automóvel	13.088	1.113	11.974	9%	15.657	1.623	14.034	10%
Acidentes de Trabalho	6.107	269	5.838	4%	7.989	387	7.601	5%
Acidentes Pessoais	3.613	2.127	1.486	59%	3.497	2.170	1.327	62%
Marítimo, Aéreo e Transp.	5.521	2.891	2.630	52%	5.111	2.719	2.391	53%
Responsabilidade Civil	1.619	877	742	54%	1.196	678	519	57%
Diversos	157	106	50	68%	196	159	37	81%
TOTAL	74.032	31.349	42.683	42%	79.473	34.276	45.196	43%

IV – GESTÃO DE RISCOS

Risco de prémios

O risco de prémios está associado ao facto da companhia de seguros não ter um nível de prémios adequado que lhe permita fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos.

O quadro seguinte apresenta os valores de prémios e rácios de sinistralidade, combinado, operacional e de despesas, por linha de negócio:

(Valores em Milhares de Euros)

Ramos	2014	2013
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS		
Saúde	28.178	28.618
Incêndio e outros danos	15.750	17.208
Automóvel	13.088	15.657
Acidentes de Trabalho	6.107	7.989
Acidentes Pessoais	3.613	3.497
Marítimo, Aéreo e Transportes	5.521	5.111
Responsabilidade Civil	1.619	1.196
Diversos	157	196
PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS		
Saúde	28.314	28.986
Incêndio e outros danos	16.438	17.879
Automóvel	13.760	16.377
Acidentes de Trabalho	6.238	8.189
Acidentes Pessoais	3.666	3.583
Marítimo, Aéreo e Transportes	5.517	5.070
Responsabilidade Civil	1.495	1.020
Diversos	156	217
RÁCIO DE SINISTRALIDADE BRUTO		
Saúde	77,4%	85,7%
Incêndio e outros danos	63,3%	53,9%
Automóvel	65,8%	58,5%
Acidentes de Trabalho	92,1%	73,7%
Acidentes Pessoais	31,0%	22,2%
Marítimo, Aéreo e Transportes	78,4%	52,8%
Responsabilidade Civil	12,6%	37,5%
Diversos	-22,5%	-89,4%

IV – GESTÃO DE RISCOS

Risco de prémios

O risco de prémios está associado ao facto da companhia de seguros não ter um nível de prémios adequado que lhe permita fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos.

O quadro seguinte apresenta os valores de prémios e rácios de sinistralidade, combinado, operacional e de despesas, por linha de negócio:

(Valores em Milhares de Euros)

Ramos	2014	2013
RÁCIO DE DESPESAS GERAIS		
Saúde	13,0%	19,8%
Incêndio e outros danos	20,7%	21,2%
Automóvel	25,5%	25,7%
Acidentes de Trabalho	28,5%	24,1%
Acidentes Pessoais	18,2%	17,4%
Marítimo, Aéreo e Transportes	13,2%	14,5%
Responsabilidade Civil	46,4%	58,7%
Diversos	10,8%	8,3%
RÁCIO COMBINADO BRUTO		
Saúde	99,2%	115,8%
Incêndio e outros danos	93,7%	84,4%
Automóvel	98,5%	92,1%
Acidentes de Trabalho	116,6%	102,0%
Acidentes Pessoais	74,6%	60,7%
Marítimo, Aéreo e Transportes	105,2%	80,6%
Responsabilidade Civil	75,7%	109,3%
Diversos	-1,0%	-73,9%
RÁCIO COMBINADO LÍQUIDO		
Saúde	102,3%	122,8%
Incêndio e outros danos	125,7%	134,5%
Automóvel	108,3%	102,5%
Acidentes de Trabalho	121,8%	107,4%
Acidentes Pessoais	127,7%	109,2%
Marítimo, Aéreo e Transportes	94,1%	85,7%
Responsabilidade Civil	108,2%	178,9%
Diversos	-59,8%	-359,2%

1 RELATÓRIO**2** INFORMAÇÃO
FINANCEIRA**3** RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO**IV – GESTÃO DE RISCOS**

Relativamente ao rácio combinado líquido, para a globalidade da carteira de Não Vida, o mesmo apresenta um decréscimo de cerca de 2,5% comparativamente com o ano transato.

Risco de provisões

O cálculo das provisões de Não Vida seguem princípios de grande prudência e rigor de forma a evitar situações de insuficiência de provisões para cumprir as responsabilidades assumidas, efetuando-se análises determinísticas e estocásticas.

A adequação global das provisões para sinistros é efetuada trimestralmente, procedendo-se sempre que necessário a eventuais ajustamentos, que são refletidos nos resultados da Companhia.

Através da aplicação destes modelos e segundo o relatório do Atuário Responsável, de 31 de dezembro de 2014, concluiu-se que as provisões para sinistros são globalmente suficientes, quer do ponto de vista determinístico como estocástico.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos custos com sinistros referentes ao ramo Não Vida, com exceção de Doença:

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

TOTAL REAIS	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Estimativa acumulada dos sinistros até à data	18.171	19.608	22.689	22.757	27.297	26.224	30.889	36.165	54.617	47.597	32.971	27.524	25.919	
Pagamentos acumulados até 31-12-2014	17.125	19.501	22.524	22.654	27.076	25.897	30.526	35.287	53.345	45.543	30.861	24.559	16.357	
Provisão para sinistros	1.045	107	165	103	221	327	363	878	1.272	2.054	2.110	2.966	9.562	
													Provisão para sinistros a 31-12-2014 na matriz	21.174
													Provisão para sinistros a 31-12-2014 de anos anteriores	25.919
													Total Provisão para sinistros a 31-12-2014	16.357

Obs.: Estes montantes excluem os valores de Provisões para IBNR, Custos de Gestão a Imputar e Provisão Matemática de Acidentes de Trabalho

IV – GESTÃO DE RISCOS

Risco catastrófico

Os sinistros catastróficos caracterizam-se pela sua baixa frequência e grande severidade.

Em Portugal, este risco pode advir essencialmente dos fenómenos de natureza sísmica, sendo o resseguro uma das principais formas de mitigação da exposição a este risco. A VICTORIA tem um grau de exposição significativo a este risco no ramo Incêndio e Outros Danos, mitigando-o através da transferência de parte do mesmo para resseguro.

Medidas para mitigação do Risco

A mitigação dos riscos de prémios e de provisões é efetuada através da aplicação de critérios de seleção e políticas de subscrição periodicamente revistos com base nas observações históricas de perdas por linha de negócio e ajustados pelos resultados decorrentes de estimativas da frequência e severidade dos sinistros.

A VICTORIA utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco.

4. Risco de Investimento

O grupo VICTORIA em Portugal está completamente integrado no grupo SMA, sendo a gestão de investimentos efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Gestion, pertencente também ao grupo SMA. Em 2014 a linha orientadora da estratégia de investimentos foi mantida, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com valor, em alternativa a uma simples seleção de classes de ativos, e implementada consistentemente através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicerçada numa elevada solidez financeira.

A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência. Estão também definidos processos de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) por tipo de ativos:

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

2014	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS					
Nacionais					
Partes de capital em empresas associadas					
	sub-total	230	230	230	
	total	230	230	230	
OUTROS TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública					
	sub-total	28.701	15.732	25.257	571
	total	28.701	15.732	25.257	571
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública					
	sub-total	10.300.000	11.550.931	11.670.714	92.383
De outros emissores públicos					
	sub-total	25.900.000	26.063.745	26.252.025	27.495
De outros emissores					
	sub-total	42.100.000	42.360.799	42.538.364	165.212
	sub-total	78.300.000	79.975.475	80.461.103	285.090
Títulos de rendimento variável					
Unidades de participação em fundos de investimento					
	sub-total	7.434	5.841.549	5.905.106	-
	total	7.434	78.300.000	85.817.024	285.090

IV – GESTÃO DE RISCOS

2014	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos				3.465.807	12.092
Depósitos a Prazo					
total				3.465.807	12.092
3 - TOTAL GERAL	7.434	78.328.701	85.832.756	89.857.273	297.753

No ano transato a carteira apresentava-se desta forma:

2013	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		11.428.701	12.384.819	12.340.534	112.100
De outros emissores públicos		23.700.000	23.734.035	23.805.825	24.387
De outros emissores		37.600.000	37.653.381	37.735.396	105.333
sub-total		72.728.701	73.772.235	73.881.755	241.820
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	12.026		20.832.616	20.841.128	-
Outros					
sub-total	12.026	-	20.832.616	20.841.128	-
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos		-	-	71.036	1.825
Depósitos a Prazo		-	-	20.717	4
sub-total				91.753	1.829
Total	12.026	72.728.701	94.604.851	94.814.636	243.649

IV – GESTÃO DE RISCOS

O Risco de Investimento é composto pelos seguintes riscos:

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é composto pelo risco de variação de preços no mercado de capitais, risco de taxa de juro, risco imobiliário e risco cambial. Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações.

Tendo em conta a natureza do negócio Não Vida, onde grande parte dos contratos são de curto e médio prazo, o risco de mismatching assume especial importância neste período temporal. A VICTORIA procura uma posição de muito rigor no sentido de que os ativos afetos às responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor. Em dezembro de 2014 a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 129,5% (2013: 117,6%).

Risco de crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

Valores Mobiliários

O risco de crédito na VICTORIA é essencialmente relevante no que concerne às suas transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA neste contexto baseia-se em critérios de ratings de elevada qualidade.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

IV – GESTÃO DE RISCOS

(Un: Euros)

Rating Médio	2014	%	2013	%
AAA	14.697.965	16,3%	14.722.706	15,5%
AA	37.665.597	41,8%	35.931.764	37,8%
A	18.567.940	20,6%	17.118.185	18,0%
BBB	4.974.938	5,5%	4.306.579	4,5%
BB	852.490	0,9%	35.745	0,0%
B	0	0,0%	0	0,0%
NR	13.396.326	14,8%	22.943.306	24,1%
Total	90.155.256	100,0%	95.058.285	100,0%

Durante o presente ano, o processo de normalização da crise da Dívida Soberana dos países europeus, avançou de forma significativa. Portugal, seguindo os passos da Irlanda, encerrou com sucesso o seu programa de ajuda financeira. Os prémios de risco da dívida dos países mais endividados diminuíram significativamente, embora os fatores que estiveram na génese desta crise (dívida excessiva e fraco crescimento económico) se tenham mantido de forma latente. Assim e de forma global o perfil de risco da carteira manteve-se bastante conservador, traduzindo-se num elevada qualidade de crédito, uma vez que 78,7% da carteira possui qualidade de investimento grade, face a 71,3% em 2013.

A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos era no final do exercício praticamente inexistente (inferior a 0,05% da carteira de ativos).

Com referência a 31 de dezembro de 2014 e 2013, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de dificuldade, é apresentada em seguida:

IV – GESTÃO DE RISCOS

(Un: Euros)

Emitente / Carteira	31 de dezembro de 2014					
	Valor Contabilístico	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média	Maturidade Média (anos)	Nível de Valorização
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Portugal	15.715	25.257	9.542	4,0%	Perpétua	55
Grécia						
Irlanda						
Espanha						
Itália						
	15.715	25.257	9.542	4%	n.a.	55

(Un: Euros)

Emitente / Carteira	31 de dezembro de 2013					
	Valor Contabilístico	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média	Maturidade Média (anos)	Nível de Valorização
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Portugal	15.581	12.628	(2.952)	4,0%	Perpétua	54
Grécia						
Irlanda						
Espanha						
Itália						
	15.581	12.628	(2.952)	4%	n.a.	54

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a atividade seguradora pode afetar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas

responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos ativos financeiros:

(Un: Euros)

Maturidades	2014	%	2013	%
<1 ano	23.881.922	26,5%	8.807.046	9,3%
1 a 2 anos	12.498.213	13,9%	22.079.155	23,2%
3 a 5 anos	26.507.036	29,4%	23.021.068	24,2%
6 a 10 anos	15.866.541	17,6%	16.224.235	17,1%
> 10 anos	5.496.209	6,1%	4.085.653	4,3%
sem maturidade	5.905.336	6,6%	20.841.128	21,9%
Total Geral	90.155.256	100,0%	95.058.356	100,0%

A gestão deste risco assenta numa análise de curto prazo (15 meses) em termos de liquidez face aos cash-flows operacionais e simultaneamente na definição de uma política de investimentos que contempla uma percentagem de ativos com elevado grau de liquidez.

A projeção dos cash-flows da carteira de investimentos indica que aproximadamente 31,7 milhões de euros de liquidez serão gerados em 2015. Durante o exercício de 2014 a normalização dos mercados financeiros permitiu que a gestão de ativos reduzisse a exigência de exposição

a ativos do mercado monetário. Face ao ano transato o investimento em fundos de tesouraria desceu de 20,8 para 5,9 milhões de euros, continuando no entanto a representar uma classe de ativos relevante (6,8% do valor total da carteira de ativos). Adicionalmente, o investimento em títulos de Dívida Pública manteve-se em níveis importantes (11,8 milhões de euros, representando 13,6% da carteira de investimento). Destaca-se ainda que cerca de 99,8% destes títulos corresponde a Dívida emitida por países de menor risco (Alemanha, Finlândia e França). A Companhia detinha ainda um volume em Depósitos à Ordem de 1,1 milhões de euros.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

Medidas para mitigação do Risco

A mitigação do risco de investimento é efetuada através de uma correta política de investimentos. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos permite à VICTORIA antecipar possíveis situações de risco, e como tal, agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado.

O indicador abaixo referido é monitorizado diariamente ao nível da Companhia.

- “Risk-based capital”: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos ativos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

Este indicador apresentava, no final de 2014, um valor de 37,57 milhões de euros o que significa que

a estratégia de investimentos implementada era compatível com a solidez financeira da empresa. Com base na alocação de ativos existente e a solvência disponível, este indicador tem um valor mínimo de 23,04 milhões de euros, o que nos dá uma indicação da conjugação benéfica entre a solidez financeira da empresa e a resiliência da estratégia de investimentos.

Margem de Solvência

A margem de solvência a 31 de dezembro de 2014 é de 2,51 (2013: 2,35).

A melhoria da taxa de cobertura é justificada pela diminuição do montante total de margem de solvência a constituir (de 15,9 para 14,8 milhões de euros), uma vez que a margem disponível se manteve estável. A política de gestão de capital visa simultaneamente:

- Garantir o nível de capital suficiente para cobrir os requisitos legais;
- Otimizar a estrutura de capital para garantir de forma consistente e sustentável maximizar retornos, indo de encontro às expectativas quer dos acionistas, como dos segurados.

A gestão de capital da companhia envolve a gestão de ativos, passivos e riscos de forma integrada, avaliando as exigências de capital com uma periodicidade mensal,

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

garantindo neste âmbito a tomada de decisões que se revelem adequadas em função da conjuntura económica, condições e níveis de risco.

As exigências de capital são objeto de avaliação periódica e em última análise, sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

Impacto nos ganhos e perdas e no capital próprio

A solvência da Companhia é influenciada pelo valor dos ativos. Atendendo a esta relação, é fundamental analisar a sensibilidade da solvência face a variações adversas no valor dos investimentos. Esta análise foi efetuada através de uma análise de sensibilidade a variações de mercado para cada classe de ativos. O ponto de partida é a carteira existente a 31 de dezembro de 2014 e é composta em 89% por Obrigações com uma Duração Média Modificada de 1,42 e em 10% por fundos de tesouraria e empréstimos. Adicionalmente o peso relativo do investimento imobiliário é inferior a 1%. Atendendo a que o Excesso de Solvência a 31 de dezembro de 2014 era de 22,2 milhões de euros,

o rácio de cobertura ascendia a 250,57%, simulou-se uma descida de 100 p.b. na estrutura da curva de rendimentos, assim como uma valorização de 10% no preço dos ativos imobiliários e de 10% no preço dos ativos acionistas.

A simulação foi efetuada de forma simultânea nas diferentes classes de ativos e em ambos os sentidos. O resultado desta simulação aponta para uma subida do rácio de solvência de 250,57% para 259% com um incremento de 1,2 milhões de euros nos capitais próprios. Esta variação é explicada em 95% pela valorização da carteira de obrigações e o restante pela subida no valor dos ativos imobiliários.

No outro sentido testou-se um cenário extremo e que consiste numa subida de 1% nas taxas de juro, uma quebra de 25% no valor dos ativos imobiliários e de 30% no valor dos ativos acionistas. Neste caso o impacto negativo nos capitais próprios ascenderia a 1,3 milhão de euros e que se explica em 12% pelo valor dos ativos imobiliários e 88% pela quebra do valor das obrigações. Ainda assim, a companhia apresentaria um rácio de solvência de 242%.

O impacto caso ocorressem variações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes seria o abaixo refletido:

IV – GESTÃO DE RISCOS

Análise de Sensibilidade

(Un: Euros)

Risco	Exposição a Valores de Mercado	Duração Modificada	Variações			
			(+)	Impacto	(-)	Impacto
Taxa de Juro	80.486.359	1,42	-100p.b.	1.141.018	+100 p.b.	(1.141.018)
Imobiliário	648.020		+10%	64.802	-25%	(162.005)
Participações	230		+10%	23	-30%	(69)
Impacto nos Capitais Próprios(*)				1.205.843		(1.303.092)
Margem de Solvência				259%		242%

Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.

Em 2014 a VICTORIA manteve a metodologia de desenvolvimento de análise deste risco e na melhoria e implementação de um adequado Sistema de Controlo Interno.

Destacam-se as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo SMA;

- Continuidade da atualização dos processos e respetivas matrizes de risco operacional, identificando as atividades, riscos e controlos;
- Gestão da ferramenta Registo de Perdas, tendo-se identificado melhorias/ controlos a implementar para alguns processos;
- Acompanhamento da evolução, status, severidade e impacto dos registos das anomalias informáticas reportadas através da ferramenta Redmine. De forma a mitigar e ultrapassar as situações reportadas, efetuou-se um acompanhamento semanal às anomalias classificadas como graves e um relatório mensal detalhado sobre a evolução de todas as reportadas;
- Continuidade do modelo de gestão Anti-Fraude, implementado em 2012 e constituído pelo Comité

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

Antifraude, área de Gestão de Riscos e equipas multidisciplinares dedicadas à investigação de Fraude. Neste âmbito destacam-se os seguintes trabalhos: interação com a Comissão Técnica Fraude da APS;

realização de ações internas de sensibilização para o tema transversais à organização, bem como comunicações trimestrais sobre o tema através da intranet; desenvolvimento de modelos de prevenção e deteção tendo-se identificado novos controlos e alertas. Neste âmbito, deve-se também destacar a participação da VICTORIA nos projetos partilhados com a APS e mercado, denominados Ficheiro de Sinistros Automóvel e Registo de Sinistros Patrimoniais;

- Continuidade do projeto de atualização/formalização do Plano de Continuidade de Negócio de forma integrada nas suas diversas vertentes, tendo sido constituída uma equipa específica para o mesmo e estando assente no nível de criticidade dos processos de negócio.

Risco de Compliance

No âmbito do compliance pretende-se assegurar as condições necessárias à observância e cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal com impacto no desenvolvimento da atividade. Esta função integrada na área de Gestão de Riscos visa mitigar o risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência do incumprimento da legislação em vigor.

Neste contexto destacam-se as seguintes atividades realizadas em 2014:

- Análise da legislação em vigor, de forma a mitigar o risco a área de compliance efetua uma monitorização mensal com as diversas áreas envolvidas, acompanhando a evolução dos procedimentos a desenvolver e implementar que assegurem respostas conformes e atempadas;
- Análise do clausulado de novos produtos no âmbito da conformidade legal e regras da companhia;
- Análise e resposta a questões relacionadas com a Conduta de Mercado;
- Desenvolvimento de um aplicativo que permite monitorizar a resposta a reportes legalmente exigidos por entidades externas. Este tem como objetivo mitigar possíveis incumprimentos de prazos de resposta e respetivas consequências;
- Elaboração do relatório anual de compliance, relativamente às atividades desenvolvidas.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

	(Un: Euros)	
	2014	2013
Caixa e equivalentes	4.911	8.076
Depósitos à ordem	1.516.919	3.475.035
	1.521.830	3.483.111

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efetuadas diretamente pelas Delegações. Os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem, encontram-se refletidos em Outros Credores por Outras Operações, no montante de 448.796 Euros (2013: 17.725 Euros). A existência destes saldos deve-se ao facto da Companhia ter como principal meio de pagamento o cheque e ao desfasamento do desconto.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 2 – Terrenos e Edifícios

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de depreciação são determinadas pelo nº de anos de vida útil atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efetuadas. Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

(Un: Euros)

Edifício	Exercício da última avaliação	Valor aquisição	Valor de avaliação	Variação do justo valor	Vida útil
De uso próprio					
Av. Comb. Grande Guerra 71- Leiria	2014	357.333	259.550	(63.919)	79
Av. Bons Amigos,67 A – Cacém	2014	268.008	210.110	(34.999)	76
Av. Brasil 6 – Oeiras	2014	166.737	178.360	3.626	78
Total		792.078	648.020	(95.292)	

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

(Un: Euros)

Terrenos e edifícios de uso próprio	Saldo inicial		Aquisições	Reavaliações	Alienações	Amortizações	Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Amortizações					
Terrenos	202.498	-	-	(12.319)	-	-	190.179
Edifícios	489.202	12.265	-	(19.096)	-	5.890	451.951
Total	691.700	12.265	-	(31.415)	-	5.890	642.130

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram utilizadas avaliações efetuadas por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito. Anualmente são efetuados testes de imparidade.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

No início de dezembro, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A adquiriu uma quota representativa de 23% da sociedade SELICOMI Portugal, Lda, entidade constituída igualmente em dezembro, cuja atividade tem por objeto a compra e venda de bens imóveis, bem como a exploração e gestão, nomeadamente o arrendamento, dos mesmos.

O património imobiliário da sociedade, há data de encerramento, era constituído pelo imóvel sito no número 46 da Rua Camilo Castelo Branco, avaliado em € 14.904.239.

NOTA 4 – Ativos disponíveis para venda

A carteira de ativos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

(Un: Euros)

	2014			2013		
	Custo de aquisição amortizado	Reserva de justo valor	Saldo final	Custo de aquisição amortizado	Reserva de justo valor	Saldo final
Instrumentos de capital e unid. participação	5.841.550	63.556	5.905.106	20.832.616	8.512	20.841.128
Títulos de Dívida	80.276.869	495.152	80.772.021	74.014.055	109.520	74.123.575
Dívida Pública	11.566.663	129.307	11.695.970	12.384.819	(44.285)	12.340.534
De Outros Emissores Públicos	26.063.745	188.280	26.252.025	23.734.035	71.790	23.805.825
De Outros Emissores	42.360.799	177.565	42.538.364	37.653.381	82.015	37.735.396
Juro a receber	285.662		285.662	241.820		241.820
Total	86.118.419	558.708	86.677.127	94.846.671	118.032	94.964.703

V – NOTAS AO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2014 os ativos disponíveis para venda encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers'.

De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros detidos para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor é direta ou indiretamente observável

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor não é observável

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

Setores	31-12-2014					31-12-2013				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	4,2%	3.606.919	3.606.919			6,2%	5.906.544	5.906.544		
Bens Consumo, Não Cíclicas	2,1%	1.786.276	1.786.276			0,8%	727.743	727.743		
Industrial e Matérias Primas	4,9%	4.204.530	4.204.530			2,3%	2.208.196	2.208.196		
Utilities	2,4%	2.073.976	2.073.976			2,3%	2.176.145	2.176.145		
Energia	0,7%	631.155	631.155			0,2%	198.890	198.890		
Comunicações e Tecnologia	1,7%	1.488.735	1.488.735			0,5%	522.090	522.090		
Financeiro	33,9%	29.415.181	29.415.181			27,5%	26.101.123	26.101.123		
Serviços	0,0%									
Dívida Soberana	43,3%	37.565.249	37.565.249			38,2%	36.282.846	36.282.846		
Fundo Obrigações	6,8%	5.905.106		5.905.106		21,9%	20.841.128		20.841.128	
Total Geral	100%	86.677.127	80.772.021	5.905.106		100%	94.964.704	74.123.575	20.841.128	0

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 5 – Empréstimos e contas a receber

A rubrica é analisada do seguinte modo:

	(Un: Euros)	
	2014	2013
Outros Depósitos – Dep Prazo	-	20.717
Acréscimos de Juros	-	4
Empréstimos concedidos	3.465.807	71.036
Acréscimos de Juros	12.092	1.825
	3.477.899	93.582

A rubrica de Empréstimos e contas a receber, pela natureza de curto prazo para os Depósitos a prazo e pelo carácter dos empréstimos sobre apólice, considera-se valorizada ao justo valor.

O montante reconhecido em Empréstimos, respeita a suprimentos efetuados à sociedade SELICOMI Portugal, Lda, entidade referida na Nota 3.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 6 – Afetação dos Investimentos

Os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

(Un: Euros)

	2014	Seguros Acidentes de Trabalho	Outros Seguros	Não Afetos	TOTAL
Caixa e equivalentes	325.917	1.195.913	-	1.521.830	
Terrenos e Edifícios	-	642.130	-	642.130	
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos	-	-	230	230	
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-	-	-	
Instrumentos de Capital e Unid Participação	-	-	-	-	
Títulos de Dívida	-	-	-	-	
Ativos disponíveis para venda	26.606.400	52.438.851	7.631.876	86.677.127	
Instrumentos de Capital e Unid Participação	1.835.139	4.002.261	67.706	5.905.106	
Títulos de Dívida	24.771.261	48.436.590	4.564.170	80.772.021	
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	3.477.899	3.477.899	
Depósitos a Prazo	-	-	-	-	
Empréstimos concedidos	-	-	3.477.899	3.477.899	
TOTAL	26.932.317	54.276.894	11.109.775	92.318.986	

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 6 – Afetação dos Investimentos

Os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

(Un: Euros)

2014	Seguros Acidentes de Trabalho	Outros Seguros	Não Afetos	TOTAL
Caixa e equivalentes	802.111	2.681.000	-	3.483.111
Terrenos e Edifícios	-	679.435	-	679.435
Ativos financeiros detidos para negociação				-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados				-
Instrumentos de Capital e Unid Participação				
Títulos de Dívida				
Ativos disponíveis para venda	27.565.828	55.373.157	12.025.718	94.964.703
Instrumentos de Capital e Unid Participação	4.431.201	7.948.620	8.461.307	20.841.128
Títulos de Dívida	23.134.627	47.424.537	3.564.411	74.123.575
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	93.582	93.582
Depósitos a Prazo			20.721	20.721
Empréstimos concedidos			72.861	72.861
TOTAL	28.367.939	58.733.592	12.119.300	99.220.831

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 7 – Outros ativos tangíveis e Inventários

Os outros ativos tangíveis são analisados como segue:

(Un: Euros)

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	Saldo inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
EQUIPAMENTO									
Equipamento administrativo	885.081	(825.349)	3.519		(14.344)		(28.445)	11.464	31.926
Máquinas e ferramentas	126.522	(124.071)	-		(125)		(1.930)	125	521
Equipamento informático	1.768.314	(1.478.065)	75.527		(195.975)		(123.403)	195.975	242.373
Instalações interiores	196.447	(92.475)	-		(20.734)		(21.461)	13.095	74.872
Outro Equipamento	1.346.356	(1.239.305)	-				(64.973)	-	42.078
Sub-Total	4.322.720	(3.759.265)	79.046	-	(231.178)	-	(240.212)	220.659	391.770
PATRIMÓNIO ARTÍSTICO	8.366	-							8.366
TOTAL	4.331.086	(3.759.265)	79.046	-	(231.178)	-	(240.212)	220.659	400.136

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 8 – Outros ativos intangíveis

A análise é efetuada através do seguinte quadro:

(Un: Euros)

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	Saldo inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Despesas de Desenvolvimento	169.388	(169.388)							
Despesas Aplicações Informáticas	14.682.745	(12.632.687)	278.153		615.315		(1.017.345)	1.694	1.927.875
Ativos intangíveis em curso	408.168	-	1.458.895		(675.123)				1.191.940
Outros	1.068.396	(1.068.396)							
TOTAL	16.328.697	(13.870.471)	1.737.048	-	(59.808)	-	(1.017.345)	1.694	3.119.815

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 9 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como se segue:

(Un: Euros)

	2014	2013	
Tomadores de Seguros	9.027.806		10.023.832
Mediadores de Seguros	915.211		1.879.792
Co-Seguradores	54.875		46.097
Imparidade	(636.319)		(801.342)
Sub-Total	9.361.573		11.148.379
Resseguradores e Ressegurados	2.150.771		1.876.139
Sub-Total	2.150.771		1.876.139
Outros Devedores	7.039.067		6.136.931
Imparidade	(541.219)		(420.908)
Sub-Total	6.497.848		5.716.023
TOTAL	18.010.192		18.740.541

Na rubrica Tomadores de seguros o risco de não cobrança está corrigido pelo ajustamento apurado no montante de 636.319 Euros (2013: 801.342 Euros). Em cumprimento da Norma N.º16/2006-R, o coeficiente aplicado (Prémios de Contratos Anulados por falta de pagamento / Prémios Brutos Emitidos - por Ramo) traduz a realidade de 2014, uma vez que nos testes efetuados não se verificaram diferenças significativas em relação aos anos anteriores.

Regista também os movimentos relativos a processos de sinistros de concomitantes no montante de Euros 2.686.128 (2013: Euros 2.973.640) que ainda se encontram pendentes de regularização.

Em Outros Devedores encontram-se registados, entre outros, os saldos entre as empresas do grupo conforme demonstrado na Nota 16.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 10 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano ao ISP, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efetuada a comunicação aos colaboradores.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus.

O saldo da conta apresenta-se da seguinte forma:

	(Un: Euros)	
	2014	2013
Benefícios de pós emprego	903.841	913.334
Outros Benefícios de longo prazo	(289122)	(308.842)
	614.719	604.492

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 28.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2014 e 2013, são como segue:

	2014	2013
Responsabilidades por benefícios	501.469	486.379
Justo valor dos ativos do fundo	490.635	486.379
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	(10.834)	-

No decurso da alteração do plano, foi decidido que o excesso de financiamento deveria permanecer no benefício definido, tendo-se procedido à sua reafecção. A contribuição do ano, de acordo com o estipulado no CCT foi de € 50.558.

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, à data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

V – NOTAS AO BALANÇO

	Número	Pensão anual	Pensão média anual	Idade média
Beneficiários	6	8.788€	1.465 €	68

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2014 e 2013, são como segue:

(Un: Euros)

	2014			2013		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidades por benefícios	221.089	326.474	547.563	208.734	342.229	550.963
Justo valor dos ativos do fundo	1.173.116	-	1.173.116	1.155.455	-	1.155.455
Ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço	952.027	(326.474)	625.553	946.721	(342.229)	604.492

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

(Un: Euros)

	2014			2013		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Valor atual da responsabilidade em 1 de janeiro	208.734	342.229	550.963	222.462	363.401	585.863
Custo do serviço corrente	-	8.187	8.187	-	8.300	8.300
Custo de juros	7.170	11.756	18.926	7.477	12.214	19.691
(Ganhos) e perdas atuariais	14.066	(35.698)	(21.632)	(12.417)	(41.686)	(54.103)
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos	(8.881)	-	(8.881)	(8.788)	-	(8.788)
Redução por alteração do CCT	-	-	-	-	-	-
Valor atual da responsabilidade em 31 de dezembro	221.089	326.474	547.563	208.734	342.229	550.963

V – NOTAS AO BALANÇO

O justo valor dos ativos que constituem o plano 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

(Un: Euros)

	2014		2013	
Fundos de Investimento Imobiliários	1,36%	22.593	1,59%	26.087
Fundos de Investimento em Ações	1,92%	31.910	0,89%	14.636
Ações	0%	0	0,99%	16.334
Fundos de Investimento em Obrigações	10,82%	179.944	10,34%	169.733
Obrigações de Taxa Variável	26,65%	443.469	6,62%	108.681
Obrigações de Taxa Fixa	49,16%	817.850	76,30%	1.252.789
Mercado Monetário	10,10%	167.986	3,26%	53.568
TOTAL	100%	1.663.751	100%	1.641.828

O retorno real dos ativos foi de Euros 26.543.

Os ganhos e perdas atuariais em 2014 e 2013 reconhecidos em Reservas, são analisadas como segue:

(Un: Euros)

	2014			2013		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios atuariais reconhecidos em reservas em 01 de janeiro	(49.984)	10.900	(39.084)	(52.636)	(363)	(52.999)
Ganhos e (perdas) atuariais das responsabilidades	(14.066)	(2.818)	(16.884)	12.417	11.263	23.680
Ganhos e (perdas) atuariais do fundo	25.850	-	25.850	(9.765)	-	(9.765)
Redução por alteração do CCT	-	-	-	-	-	-
Desvios atuariais reconhecidos em reservas em 31 de dezembro	(38.200)	8.802	(30.118)	(49.984)	10.900	(39.084)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da VICTORIA – Seguros de Vida, SA, ALICO e BES-Vida. A responsabilidade ascende a € 1.566.779 (2013: € 1.629.573).

A variação do Fundo de Pensões em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é analisada como se segue:

(Un: Euros)

	2014	2013
Ativos do plano em 01 de janeiro	1.155.455	1.173.538
Retorno esperado dos ativos	693	470
Ganhos e (perdas) atuariais	25.850	(9.765)
Contribuições do empregador	-	-
Benefícios pagos	(8.882)	(8.788)
Redução por alteração do CCT	-	-
Ativos do plano em 31 de dezembro	1.173.116	1.155.455

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são como segue :

(Un: Euros)

	2014			2013		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo do serviço corrente	-	8.187	8.187	-	8.300	8.300
Custo de juros	7.170	11.756	18.926	7.477	12.214	19.691
Retorno esperado dos ativos	(693)	-	(693)	(470)	-	(470)
Benefícios passados não reconhecidos anteriormente	-	-	-	-	-	-
Redução de benefícios por saídas antecipadas	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	(38.516)	(38.516)	-	(30.423)	(30.423)
Total do custo do ano	6.477	(18.573)	(12.096)	7.007	(9.909)	(2.902)

V – NOTAS AO BALANÇO

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

A redução por alteração do CCT diz respeito à reclassificação dos desvios reconhecidos em reservas por contrapartida de resultados transitados.

Para efeitos da determinação do valor atual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2014	2013
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	1,8%	3,435%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

O regime de atualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.

A evolução das responsabilidades e dos ativos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

(Un: Euros)

	2014	2013	2012	2011	2010
Responsabilidades por benefícios	547.563	550.963	585.863	470.212	786.120
Justo valor dos ativos do fundo	1.173.116	1.155.455	1.173.538	164.757	1.504.636
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	625.553	604.492	587.675	(305.455)	718.516

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 11 – Ativos e Passivos por impostos

A rubrica de Ativos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o rendimento

a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

Para o cálculo dos impostos diferidos, foi tido em consideração a alteração da taxa de imposto de 23% para 21%, que entra em vigor a 01.01.2015.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

(Un: Euros)

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Investimentos financeiros			125.709	28.918	(125.709)	(28.918)
Benefícios a empregados	65.052	43.161	-	-	65.052	42.161
Provisões	700.793	713.312	-	-	700.793	713.312
Terrenos e edifícios	20.426	22.242	816	2.004	19.610	20.238
Outros passivos	199.937	249.128			199.937	249.128
Prejuízos fiscais	240.712	-			240.712	
Impostos diferidos ativos / (passivos)	1.226.920	1.026.843	126.525	30.922	1.100.395	995.921

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

(Un: Euros)

	2014			2013		
	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total
Investimentos financeiros	-	(96.791)	(96.791)	-	141.363	141.363
Benefícios a empregados	22.891	-	22.891	(6.453)	-	(6.453)
Provisões	(12.519)	-	(12.519)	76.914	-	76.914
Imóveis	(1.816)	1.188	(628)	(1.816)	164	(1.652)
Outros passivos	(49.191)	-	(49.191)	(61.496)	-	(61.496)
Prejuízos fiscais	240.712	-	240.712	1.568.120	-	1.568.120
Impostos diferidos ativos / (passivos)	200.077	(95.603)	104.474	1.575.269	141.527	1.716.796

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

Na sequência da aquisição da VICTORIA pelo Grupo SMA, foi apresentado um requerimento a solicitar autorização para a utilização dos prejuízos fiscais (gerados nos exercícios anteriores no âmbito do RETGS)

para efeitos de reporte subsequente, não havendo até à data qualquer entendimento, razão pela qual se entendeu, por prudência, proceder á anulação do IDA correspondente.

O montante de reporte fiscal existente à data, relativamente aos prejuízos, é o seguinte:

(Un: Euros)

Exercício	Data limite	Resultado Fiscal
2008	2014	(3.080.679)
2009	2015	(390.278)
2010	2014	(8.832.609)
2011	2015	(11.817.085)
2012	2017	(872.504)
2013	2018	(5.363.496)
Total		(30.356.651)

Apesar dos resultados estarem a evoluir de forma favorável, não se prevê capacidade para absorver os prejuízos fiscais que se esgotam em 2014.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2014 e 2013 é analisado como segue:

(Un: Euros)

	2014	2013
Imposto corrente	(160.422)	(150.710)
Imposto diferido	200.077	1.575.269
Imposto do exercício	39.655	1.424.558

V – NOTAS AO BALANÇO

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

(Un: Euros)

	2014	2013	Varição
Imposto Diferido	(126.525)	(30.992)	(95.603)
Investimentos financeiros	(125.709)	(28.918)	(96.791)
Terrenos e edifícios	(816)	(2.004)	1.188
Total imposto reconhecido reservas	(126.525)	(30.922)	(95.603)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

(Un: Euros)

	2014	2013
RESULTADO ANTES IMPOSTO	(18.652)	(6.698.676)
Taxa Imposto	24,5%	26,5%
Imposto Calculado com base taxa imp	4.570	1.775.149
Outros proveitos e custos excluídos tributação	15.487	-
Imparidade por impostos diferidos	-	(1.767.999)
Recuperação IDA	107.696	1.568.119
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46	6.893	-
Imposto Autonomo (Trib. Autonomo+Derrama)	(174.300)	(150.710)
Imposto do Exercício (Corrente+Diferido)	39.655	1.424.559

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 12 – Provisões Técnicas

As provisões técnicas à data de 31 de dezembro de 2014 e 2013 são analisadas como segue:

(Un: Euros)

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor de balanço 2014	Valor de balanço 2013
Provisões técnicas de seguro direto	76.657.018	1.965.828	74.691.190	82.518.335
Provisão para prémios não adquiridos	17.176.073	1.965.828	15.210.245	16.566.584
Provisão para sinistros	50.792.421	-	50.792.421	54.123.674
Provisão participação resultados	6.989	-	6.989	10.929
Provisão para desvios de sinistralidade	4.760.835	-	4.760.835	4.559.379
Outras provisões técnicas	3.920.700	-	3.920.700	7.257.769
Provisões técnicas de resseguro cedido	12.626.716	-	12.626.716	14.465.745
Provisão para prémios não adquiridos	4.724.944	-	4.724.944	6.465.748
Provisão para sinistros	7.901.772	-	7.901.772	7.999.997

O montante de custos de aquisição diferidos respeita a comissões de mediação, não sendo efetuado qualquer diferimento dos custos por natureza imputados.

V – NOTAS AO BALANÇO

I. Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 2.435.612 Euros (2013: 2.898.025 Euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2014 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa para encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

No decorrer de 2014, efetuou-se um estudo atuarial, tendo-se apurado o montante de 1.665.563 Euros (2013: 1.215.804 Euros).

O desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus ajustamentos (correções) é analisado como segue:

(Un: Euros)

Ramos/grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2013 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2014 (3)	Reajustamentos (4)
Não vida				
Acidentes e doença	32.984.995	9.832.790	21.771.187	(1.381.018)
Incêndio e outros danos	5.820.936	3.085.321	1.545.262	(1.190.353)
Automóvel				
Responsabilidade civil	11.061.869	3.500.987	7.014.667	(546.215)
Outras coberturas	1.230.338	752.404	264.216	(213.718)
Marítimo, aéreo e transportes	1.971.873	1.157.481	392.421	(421.971)
Responsabilidade civil geral	661.637	214.477	309.194	(137.966)
Crédito e caução	392.026	3.174	324.856	(63.996)
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	1.858	-	1.858
Total	54.123.674	18.548.492	31.621.803	(3.953.379)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

O valor dos reajustamentos efetuados no exercício de 2014, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 17.688.096 (Euros 2013: 18.302.915 Euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das pensões de Acidentes de Trabalho são analisados, como segue:

Pensões remíveis:

- | | |
|------------------------|----------|
| • Tábua de mortalidade | TD 88/90 |
| • Taxa de desconto | 5,25% |
| • Encargos de gestão | - |

Pensões em pagamento:

- | | |
|------------------------|----------|
| • Tábua de mortalidade | TV 88/90 |
| • Taxa de desconto | 3% |
| • Encargos de gestão | 2% |

II. Provisão para Participação nos Resultados

A Companhia possui planos de participação nos resultados na modalidade de Doença. Estes planos são muito variados e não têm um esquema único. Em comum, preveem a possibilidade de devolver uma percentagem, definida contratualmente, dos resultados técnicos dos contratos, como atribuição Participação nos Resultados.

III. Outras Provisões Técnicas - Provisões para riscos em Curso

No apuramento dos prémios tipo 'II' não foram deduzidos os prémios que estatisticamente correspondam a contratos que não serão renovados por falta de pagamento do prémio.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 13 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como segue:

	(Un: Euros)	
	2014	2013
Tomadores de Seguros	1.393.255	1.478.057
Mediadores de Seguros	401.315	578.302
Co-Seguradores	80.518	113.771
Sub-total	1.875.088	2.170.130
Resseguradores	1.557.403	1.368.942
Outros Credores	1.148.327	583.378
TOTAL	4.580.818	4.122.450

A rubrica de Outros Credores, engloba entre outros, os montantes de saldos credores das contas de Depósitos à Ordem, conforme mencionado na Nota 1.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 14 – Acréscimos e Diferimentos

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

Acréscimos e diferimentos no Ativo

(Un: Euros)

	2014	2013
Rendas e alugueres	39.180	31.597
Outros acréscimos e diferimentos	-	-
Total	39.180	31.597

Acréscimos e diferimentos no Passivo

(Un: Euros)

	2014	2013
Férias e subsídio de férias	938.377	1.005.403
Outros encargos com pessoal	277.357	1.536.505
Incentivos desempenho	917.362	880.943
Outros acréscimos e diferimentos	1.367.771	1.874.995
Total	3.500.867	5.297.846

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 15 – Capital Próprio

A VICTORIA - Seguros, S.A., no seguimento da deliberação na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2012, procedeu ao aumento de capital da sociedade de Euros 17.850.000 através da emissão de 3.400.000 novas ações subscritas integralmente pela acionista VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S.,

S.A., com o valor unitário de Euros 5, perfazendo um total de Euros 17.000.000, com um ágio da emissão total de Euros 14.008.000.

Na sequência desta operação a VICTORIA-Seguros, S.A. passou a ter um capital social de Euros 34.850.000, representado por 6.970.000 ações, de valor nominal de Euros 5 cada.

No que respeita à Reservas de Reavaliação, a movimentação é analisada como segue:

Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros

(Un: Euros)

	Saldo inicial	Valorizações / desvalorizações	Diminuições por venda	Saldo final
De justo valor de ativos financeiros	118.032	554.959	-114.283	558.708
Instrumentos de capital e Unid. participação	8.512	60.430	-5.386	63.556
Títulos de Dívida	109.520	494.529	-108.897	495.152
Dívida Pública	(44.285)	150.268	23.324	129.307
De Outros Emissores Públicos	71.790	129.290	-12.800	188.280
De Outros Emissores	82.015	214.971	-119.421	177.565
Terrenos e Edifícios	8.180	-4.553	0	3.627
Total	126.212	550.406	-114.283	562.335

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 16 – Reserva Legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a VICTORIA-Seguros, S.A. tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até à concorrência do Capital Social.

NOTA 17 – Transações entre partes relacionadas

As demonstrações financeiras da sociedade são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.. No decurso de 2014, a VICTORIA tinha como entidades relacionadas, as empresas do Grupo SMA.

A análise das transações com entidades relacionadas, é analisada como segue:

(Un: Euros)

GANHOS E PERDAS	VICTORIA Internacional de Portugal SGPS, SA	VICTORIA-Seguros de Vida, SA	SMABTP	ASEFA	SMAvie BTP
Prémios Adquiridos de Resseguro Aceite					
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido			15.420.349	(1.273)	
Total dos Proveitos	-	-	15.420.349	(1.273)	
Custos e gastos de exploração - comissões Resseg			5.111.813	926	
Custos com sinistros			10.748.506	19.979	
Outros Gastos Gerais e Administrativos	646.707			-	67.536
Total dos Custos	646.707	-	15.860.319	20.905	67.536
Líquido Proveitos/ (Custos) 2014	(646.707)	-	(439.970)	(22.178)	(67.536)
Líquido Proveitos/ (Custos) 2013	(745.874)	-	1.327.308	(9.277)	(63.953)

V – NOTAS AO BALANÇO

(Un: Euros)

BALANÇO	VICTORIA Internacional de Portugal, SGPS, SA	VICTORIA- Seguros de Vida, SA	SMABTP	ASEFA	SMAvie BTP
Ativo					
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido					
Outros Devedores por operações de seguro			1.800.278	26.019	
Outros Devedores por outras operações	3.219.295	81		70.167	
Total do Ativo	3.219.295	81	1.800.278	96.186	
Passivo					
Depósitos recebidos de resseguradores			1.055		
Outros Credores por operações de seguro					
Outros Credores por outras operações					
Total do Passivo	-	-	1.055	-	-
Liquido Ativo / (Passivo) 2014	3.219.295	81	1.799.223	96.186	-
Liquido Ativo / (Passivo) 2013	3.494.885	327.545	1.336.491	83.989	-

As transações efetuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal, SGPS, S.A e VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. revestem a natureza meramente administrativa.

As transações efetuadas com a SMABTP e ASEFA respeitam exclusivamente a operações de resseguro.

No que se refere à entidade SMAvie BTP, esta desenvolve a atividade de *front office* da atividade de investimentos de ativos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 18 – Elementos extra patrimoniais

Compromissos com locação operacional

Os compromissos financeiros assumidos pela Companhia com contratos de manutenção e aluguer operacional, encontram-se refletidos do seguinte modo:

(Un: Euros)

Compromissos financeiros		Valor
2015		186.368
2016		90.662
2017		25.334
2018		14.551
Total		316.915

Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de dezembro de 2014 e 2013, são analisadas como segue:

Natureza da Garantia	2014	2013
Avales, fianças e outras garantias de crédito		
Câmara Municipal do Porto	-	-
Hospital S. José	1.903	1.903
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	-	20.717
Total	1.903	22.620

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 19 – Prémios de Contratos de seguro

Relativamente aos contratos de seguros do Ramo Não Vida a informação de prémios, sinistros e custos de exploração, correspondente aos anos de 2014 e 2013 pode ser analisada do seguinte modo:

(Un: Euros)

2014	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Seguro direto					
Acidentes e doença	37.897.491	38.218.805	28.790.543	9.305.121	(2.162.534)
Incêndio e outros danos	15.721.804	16.411.036	10.401.240	4.982.050	(2.419.661)
Automóvel					
Responsabilidade civil	9.240.941	9.739.421	6.317.279	2.923.594	(1.140.550)
Outras coberturas	3.846.889	4.020.088	2.737.190	1.570.087	(83.412)
Marítimo, aéreo e transportes	5.521.187	5.517.483	4.323.511	1.480.437	441.083
Responsabilidade civil geral	1.618.734	1.494.697	188.107	942.884	(419.334)
Crédito e caução	151.943	152.969	(37.274)	25.944	(77.239)
Proteção jurídica					
Assistência					
Diversos	4.814	2.715	2.282	7.550	(594)
Sub-total	74.003.803	75.557.214	52.722.878	21.237.667	(5.862.241)
Resseguro aceite	28.347	27.447	1.942	16.813	(5.105)
Total	74.032.150	75.584.661	57.724.820	21.254.480	(5.867.346)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

(Un: Euros)

2013	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Seguro direto					
Acidentes e doença	40.104.180	40.757.336	31.666.181	12.437.874	(572.209)
Incêndio e outros danos	17.208.052	17.878.886	9.631.664	5.458.116	(4.583.135)
Automóvel					
Responsabilidade civil	11.096.245	11.567.744	6.445.016	3.803.792	(1.570.190)
Outras coberturas	4.560.802	4.809.696	3.141.793	1.699.110	(91.289)
Marítimo, aéreo e transportes	5.110.808	5.070.445	2.674.850	1.411.933	(644.867)
Responsabilidade civil geral	1.196.231	1.020.260	382.724	732.913	(269.184)
Crédito e caução	194.887	216.308	(193.869)	25.911	(73.557)
Proteção jurídica					
Assistência					
Diversos	1.530	628	-	7.640	(13)
Sub-total	79.472.735	81.321.303	53.748.359	25.577.289	(7.804.444)
Resseguro aceite					
Total	79.472.735	81.321.303	53.748.359	25.577.289	(7.804.444)

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 20 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços

Desde finais de 2011, não existem contratos que cumpram com a definição de contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços.

NOTA 21 – Custos com sinistros

Os custos com sinistros relativos aos anos findos em 2014 e 2013, são analisados como segue:

(Un: Euros)

2014	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
	Prestações (1)	Custos de gestão de sinistros imputados (2)		
Seguro direto				
Acidentes e doença	30.416.452	1.238.887	(2.864.796)	28.790.543
Incêndio e outros danos	10.258.564	759.343	(616.667)	10.401.240
Automóvel				
Responsabilidade civil	6.592.225	615.513	(890.459)	6.317.279
Outras coberturas	2.696.141	253.821	(212.772)	2.737.190
Marítimo, aéreo e transportes	2.482.371	184.910	1.656.230	4.323.511
Responsabilidade civil geral	234.511	19.594	(65.998)	188.107
Crédito e caução	10.764	1.240	(49.278)	(37.274)
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	1.858	424	-	2.282
Sub-total	52.692.887	3.073.732	(3.043.741)	52.722.878
Resseguro aceite		1.942		1.942
Total	52.692.887	3.075.674	(3.043.741)	52.724.820

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

(Un: Euros)

2013	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
	Prestações (1)	Custos de gestão de sinistros imputados (2)		
Seguro direto				
Acidentes e doença	30.340.488	1.210.651	115.043	31.666.182
Incêndio e outros danos	10.596.979	755.786	(1.721.101)	9.631.664
Automóvel				
Responsabilidade civil	7.469.830	551.254	(1.576.068)	6.445.016
Outras coberturas	3.450.960	259.674	(568.841)	3.141.793
Marítimo, aéreo e transportes	2.158.004	147.796	369.050	2.674.850
Responsabilidade civil geral	205.867	13.298	163.558	382.723
Crédito e caução	306	2.973	(197.148)	(193.869)
Proteção jurídica				-
Assistência				-
Diversos	-	-	-	-
Sub-total	54.222.434	2.941.432	(3.415.507)	53.748.359
Resseguro aceite				
Total	54.222.434	2.941.432	(3.415.507)	53.748.359

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 22 – Rendimentos / réditos de investimento

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

(Un: Euros)

	2014	2013
Ativos disponíveis para venda	578.781	502.483
Instrumentos de Capital e Unid Participação	22.952	23.797
Títulos de Dívida	555.829	478.686
Empréstimos concedidos e contas a receber	14.313	6.245
Depósitos	2.903	3.999
Empréstimos concedidos	11.410	2.246
Total	593.094	508.726

O montante dos rendimentos de investimentos financeiros refere-se exclusivamente a juros.

NOTA 23 – Gastos Financeiros

Os valores registados nesta conta resultam da afetação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 27.

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 24 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos investimentos e é analisada como segue:

(Un: Euros)

	2014	2013
Ativos disponíveis para venda		
Instrumentos de Capital e Unid Participação	27.051	145.360
Títulos de Dívida	877.769	462.977
Sub - Total	904.820	608.337
Terrenos e Edifícios	(26.861)	-
TOTAL	877.959	608.337

NOTA 25 – Outros rendimentos/gastos técnicos

O saldo é como segue:

(Un: Euros)

	2014	2013
Outros rendimentos técnicos		
Por gestão cosseguro	2.240	1.096
Por outros	7.801	15.039
Total	10.041	16.135

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 26 – Outras provisões (variação)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da atividade, nomeadamente pelo facto da companhia proceder à anulação de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos. Inclui ainda uma provisão para contingências fiscais.

(Un: Euros)

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilização	Saldo final
Outras Provisões	2.833.133	273.216	118.090	632	2.987.627

NOTA 27 – Outros rendimentos/gastos

O saldo é como segue:

(Un: Euros)

	2014	2013		2014	2013
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Donativos	1.400		Restituição impostos	24.967	
Multas e penalidades	234	4.658	Outros rendimentos e ganhos	155.882	265.682
Quotizações diversas					
Outros gastos e perdas	109.169	44.389			
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros suportados	236	69	Juros obtidos	7.427	1.202
Outros gastos e perdas	35.910	52.426	Outros rendimentos e ganhos	63.191	33.983
Ajustamentos				-	-
De recibos por cobrar			Outros	32.493	70.849
De créditos de cobrança duvidosa	227.463	87.510	Ajustamentos	-	-
Perdas em ativos tangíveis	68.633	32.168	De recibos por cobrar	165.023	26.467
			De créditos de cobrança duvidosa	-	-
Sub-total	443.045	221.220		448.983	398.183
TOTAL	5.938	176.963			

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 28 – Gastos diversos por função

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

	2014	2013	(Un: Euros)
Despesas com pessoal	8.002.719	10.592.691	
Fornecimento e serviços externos	4.742.493	5.519.350	
Impostos e taxas	372.784	183.191	
Amortizações do exercício	1.263.448	1.297.115	
Juros suportados	47	-	
Comissões	95.496	91.450	
Total	14.476.987	17.683.797	

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários faturados pelos Revisores Oficiais de Contas e têm a seguinte distribuição (valores sem IVA): Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 40.000 Euros.

Serviços de garantia de fiabilidade – pareceres sobre o sistema de gestão de riscos e controlo interno, mapas prudenciais e estatísticos no montante de 18.000 Euros

A análise por função, dos contratos de seguros e de investimentos, são analisados da seguinte forma:

	2014	2013	(Un: Euros)
Custos com sinistros	3.075.674	2.941.432	
Custos de exploração			
Custos de aquisição	4.670.142	6.382.380	
Custos administrativos	6.512.252	8.114.449	
Custos com investimentos	218.919	245.536	
Total	14.476.987	17.683.797	

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 29 – Gastos com o pessoal

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efetuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Atividade Seguradora. Durante o exercício a empresa teve em média 238 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

Qualificação de funções	Nº médio de empregados 2014	Nº médio de empregados 2013
Quadros superiores	26	28
Quadros médios	18	21
Profissionais altamente qualificados	41	53
Profissionais qualificados	100	136
Estagiários e aprendizes	-	-
Total	185	238

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

Os gastos com o pessoal referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são analisados como segue:

(Un: Euros)

	2014	2013
Remunerações		
dos órgãos sociais	9.500	10.333
do pessoal	6.202.015	6.985.094
Encargos sobre remunerações	1.475.469	1.654.225
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	61.392	54.855
Planos de benefício definido	7.624	8.459
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	(19.720)	(11.361)
Benefícios de cessação de emprego	(32.881)	1.575.186
Seguros obrigatórios	146.567	188.177
Gastos de ação social	46.798	33.755
Outros gastos com pessoal	105.955	93.968
Total de custos com pessoal	8.002.719	10.592.691

Na sequência do processo de reestruturação mencionado no ponto I, a rubrica despesas com o pessoal, já evidência essa realidade.

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

Os órgãos da companhia responsáveis pelo planeamento, direção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou direção efetiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organigrama

institucional, e é composta pelas seguintes Direções:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

Sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

(Un: Euros)

Órgãos	Nº elementos	Valor Total Remuneração	
		VICTORIA Vida	VICTORIA Seguros
Conselho Executivo	2	175.867	172.356
Diretores	8	427.576	419.963
Responsáveis	14	82.381	838.761
Total	24	685.824	1.431.080

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Atividade Seguradora.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

VII) EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO

Até à data da elaboração deste relatório, não existem acontecimentos que possam alterar a informação nele contida. Adicionalmente, também não se perspectivam por parte do Conselho de Administração, alterações de políticas que possam alterar de forma significativa o desenrolar da atividade normal da empresa.

VIII) JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela VICTORIA são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Devedores e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

IX) ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, e as normas recentemente emitidas mas cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2014 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na Nota 29. Estas Normas serão adotadas pela Companhia a partir da data do endosso pela UE.

NOTA 30— Novas Normas e Interpretações

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

NOTA 30.1— Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela empresa/grupo.

Não existem revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela empresa.

NOTA 30.2— Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da empresa/grupo.

IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

IX) ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”.

Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que

o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

NOTA 30.3— Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 01 de janeiro de 2015 e que a empresa/grupo não adotou antecipadamente são as seguintes:

Endossadas pela UE:

IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado.

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu sete melhorias em sete normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em Ações

Atualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance.

IFRS 8 Segmentos Operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação dos segmentos.

A divulgação da reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis com o total de ativos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis e IAS 38 Ativos intangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica que uma entidade de gestora – uma entidade que presta serviços de gestão – é uma parte relacionada sujeita aos requisitos de divulgação associados. Adicionalmente, uma entidade que utilize os serviços de uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos com tais serviços.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu quatro melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Atualiza o parágrafo 52 no sentido de a exceção ao portfólio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica que é à luz da IFRS 3 que se deve determinar se uma dada transação é uma combinação de negócios ou compra de ativos e não a descrição existente na IAS 40 que permite distinguir a classificação de uma propriedade como sendo de investimento ou como sendo propriedade ocupada pelo dono.

Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 9 Instrumentos financeiros (emitida em 24 de julho de 2014)

Esta norma foi finalmente completada em 24 de julho de 2014 e o resumo, por temas, é o seguinte:

IX) ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Classificação e mensuração de ativos financeiros

- Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial , ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL) . No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.
- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento

é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumentos é medido pelo valor justo através do resultado integral(FVOCI) com subsequente reclassificação para resultados.

- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL . Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL . No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento -a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

IX) ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentada no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
- Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- O modelo de PEC aplica-se: (i) a instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 - Locações.
- Geralmente, as entidades são obrigados a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.
- A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospetivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura.
- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura .
- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospectiva e parcialmente prospetiva.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes (emitida em 28 de maio de 2014)

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguinte normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade).

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco etapas: (i) identificar o contrato com o cliente, (ii) identificar as obrigações de desempenho no contrato, (iii) determinar o preço de transação, (iv) alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho no contrato e (iv) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais de obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A interpretação é aplicável para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017.

A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IAS 1: Clarificação sobre divulgações no relato financeiro (Emendas emitidas em 18 de dezembro de 2014)

As alterações à IFRS resumem-se, por temas, da seguinte forma:

Materialidade

A decisão sobre a agregação de informação nas demonstrações financeiras e nas notas é matéria que requer julgamento tendo em conta todos os factos e circunstâncias. Na compreensão das demonstrações

financeiras: (i) esta não pode ser reduzida por obscurecimento de informações materiais com informações irrelevantes ou através da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas ou funções, (ii) a divulgação de informações imaterial não é proibida, a menos que a informação material seja obscurecida e (iii) é mais provável que a desagregação de informação adicione transparência do que o contrário. As orientações sobre a materialidade são aplicáveis mesmo quando uma IFRS exige uma divulgação específica ou descreve requisitos mínimos de divulgação. Deve também ser avaliado se, para além das divulgações específicas, devem ser incluídas divulgações adicionais para tornar as demonstrações financeiras compreensíveis.

Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras

As exigências de apresentação para os itens em cada linha da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados podem ser cumpridas desagregando, nestas peças financeiras, as rubricas incluídas em cada item de cada linha. Quando forem usados subtotais, estes: (i) devem conter apenas reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS, (ii) devem ser apresentados e rotulado de tal forma que o subtotal seja compreensível, (iii) devem ser consistentes de um período para o outro, (iv) não devem ser exibidos com mais destaque do que os totais e subtotais exigidos pelas IFRS. Na demonstração dos resultados e na demonstração do resultado integral os subtotais adicionais devem ser

IX) ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

reconciliados com os subtotaís exigidos identificando cada linha excluída. Na demonstração do rendimento integral a quota parte dos itens relacionados com associadas e joint ventures deve ser apresentada de forma a poderem ser identificados os itens que serão, ou não, subsequentemente reclassificados para resultados do exercício.

Estrutura das Notas

As entidades têm flexibilidade para ordenarem as notas da forma que entenderem mas ao decidirem sobre a sistematização devem ter-se em conta a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras. Exemplos de ordenação das notas: (i) dar destaque às atividades mais relevantes para a compreensão do desempenho financeiro da entidade e da posição financeira (ex: grupos de atividades operacionais específicas), (ii) agregar informação sobre itens que sejam mensurados da mesma forma, (iii) ordem da demonstração do resultado integral ou (iv) ordem da demonstração da posição financeira.

Divulgações

IAS 1 já não se refere a um "resumo" das políticas contabilísticas e foram removidas as orientações e os exemplos potencialmente inúteis para a identificação de uma política contabilística significativa (embora se mantenha a descrição: políticas que os utilizadores das demonstrações financeiras esperariam que fossem divulgadas tendo em conta a entidade e a natureza das suas operações). Os julgamentos significativos feitos na aplicação das políticas contabilísticas (exceto os que envolvem estimativas) devem ser divulgados juntamente com as respetivas políticas significativas ou outras notas.

Deixam de ser aplicáveis os requisitos de divulgação da IAS 8 § 28-30 (ou seja, sobre as normas ainda não adotadas e aplicação inicial de uma norma).

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IX) ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IAS 16 e à IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos (Emendas emitidas em 12 de maio de 2014)

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que o rendimento reflete um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o ativo faz parte) e não o de que os benefícios económicos são consumidos através do uso do ativo. Como resultado, a proporção da receita gerada em relação à receita total prevista para ser gerada não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é prospectiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014 (emitidas em 25 de setembro de 2014)

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu cinco melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas

Esta melhoria clarifica que a reclassificações diretas de ativos não correntes detidos para distribuição a detentores de capital para ativos não correntes de detidos para venda e vice-versa não determinam a alteração do plano devendo ser consideradas como uma continuação do plano original do ativo.

Aplicação prospectiva.

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras de íterim. Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um ativo financeiro pode reter o direito a um serviço em relação ao ativo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo um contrato de

IX) ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efetuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato.

Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez.

IAS 19 – Benefícios de Empregados

Esta melhoria clarifica que a taxa de desconto deve ser determinada tendo em conta títulos de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda (ex: Eurozone) e não os existentes em cada país.

Esta melhoria aplica-se a partir dos saldos de abertura mais antigos apresentados nos comparativos das demonstrações nas quais a alteração seja aplicada pela primeira vez.

Aplicação retrospectiva.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as Demonstrações financeiras da empresa/grupo.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
	sub-total		-			-		-		
	2.1.1.3 - De outros emissores									
	sub-total		28.701			15.732	25.257	571		
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.1.2.1 - Ações									
	sub-total	-				-		-		
	2.1.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total	-				-		-		
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
	sub-total	-				-		-		
	2.1.2.4 - Outros									
	sub-total	-	28.701			15.732	25.257	571		
	sub-total	-	-			-		-		
	total	-	28.701			15.732	25.257	571		
	2.2 - Estrangeiros									
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									
DE0001135408	BUNDESREP DEUTSCHLAND TF 10/20		400.000	113,91		455.623	116	464.720	5.918	3,000%
DE0001030500	DEUTSCHLAND I/L BOND TF 06/16		1.700.000	119,37		2.029.287	117	1.992.060	21.130	1,500%
FI4000010848	FINNISH GOVT TF 10/20		200.000	114,53		229.050	117	233.740	4.808	3,375%
FR0010135525	FRANCE O.A.T. I/L TF 04/15		1.000.000	121,08		1.210.845	120	1.203.163	8.342	1,600%
FR0011427848	FRANCE O.A.T. I/L TF 07/24		1.700.000	104,35		1.774.027	106	1.800.189	1.882	0,250%
FR0010850032	FRANCE O.A.T. I/L TF 09/19		600.000	116,67		700.024	117	701.953	3.691	1,300%
FR0011008705	FRANCE O.A.T. I/L TF 10/27		1.300.000	128,58		1.671.506	132	1.715.719	11.209	1,850%
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		100.000	112,42		112.424	113	112.805	2.729	4,000%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
FR0011486067	FRANCE OAT TF 12/23		1.400.000	103,81		1.453.344	109	1.526.700	14.767	1,750%
FR0118462128	FRENCH TREASURY NOTE TF 09/15		1.900.000	100,78		1.914.801	101	1.919.665	17.907	2,000%
	sub-total		10.300.000			11.550.931		11.670.714	92.383	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
X50484565709	B.E.I. 10/18		3.000.000	99,65		2.989.437	100	3.007.050	527	0,111%
X50767839185	B.E.I. 12/19		5.000.000	101,62		5.080.982	102	5.084.950	4.941	0,462%
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		700.000	108,26		757.814	115	801.822	15.486	2,375%
ES0224261034	CORES TF 14/24		100.000	99,52		99.523	105	104.576	521	2,500%
XS1089831249	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/20		500.000	99,99		499.964	101	502.830	366	0,382%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		3.000.000	99,93		2.997.875	100	3.007.800	1.100	0,159%
DE000A11QEHS	LAND BERLIN 14/20		1.000.000	99,92		999.249	101	1.006.740	382	0,215%
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/16		2.700.000	99,98		2.699.356	100	2.705.211	706	0,181%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		3.900.000	99,98		3.899.191	101	3.919.656	1.935	0,232%
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		3.000.000	99,92		2.997.559	101	3.032.640	725	0,512%
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		3.000.000	101,43		3.042.795	103	3.078.750	806	0,806%
	sub-total		25.900.000			26.063.745		26.252.025	27.495	
	2.2.1.3 - De outros emissores									
XS1136406268	3M COMPANY 14/18		100.000	100,00		100.000	100	100.111	42	0,310%
X50737108984	AGENCE FRANCAISE DEVELOP 12/15		3.000.000	100,05		3.001.390	100	3.001.410	5.417	0,985%
FR0011521103	AIR LIQUIDE FINANCE 13/16		1.600.000	99,98		1.599.717	100	1.598.880	175	0,282%
XS1075790367	ALD INTERNATIONAL 14/15		400.000	99,97		399.882	100	400.700	171	0,732%
XS1108681625	ALFA LAVAL TREASURY INTE 14/19		200.000	100,00		199.997	100	200.808	67	0,633%
FR0011791391	AREVA S.A. TF 14/23		600.000	99,52		597.120	97	579.030	14.692	3,125%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		200.000	99,97		199.945	101	201.890	5.322	4,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		400.000	105,66		422.636	114	454.824	11.250	2,950%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
XS0140907626	BANK AUSTRIA 01/21		300.000	101,38		304.138	86	258.750	19	0,559%
XS1026097516	BANQUE FED DU CREDIT MUTUEL 14/15		900.000	99,97		899.720	100	900.693	507	0,356%
FR0011512417	BANQUE SOLFEA TF 13/16		2.000.000	100,49		2.009.814	100	1.991.420	17.014	1,500%
XS1023268060	BAYER AG 14/16		400.000	99,99		399.957	100	400.524	223	0,304%
XS1105264821	BMW FINANCE NV TF 14/18		200.000	99,50		198.994	100	200.824	321	0,500%
XS1069282827	BNP PARIBAS 14/19		1.500.000	99,85		1.497.805	101	1.511.550	1.078	0,631%
FR0011564541	BPCE SA 13/15		3.000.000	99,99		2.999.702	100	3.001.110	668	0,382%
FR0011703776	BUREAU VERITAS TF 14/21		300.000	104,19		312.568	109	325.938	8.836	3,125%
XS0917462714	CARREFOUR BANQUE 13/16		200.000	99,99		199.988	101	201.678	396	0,938%
FR0011765825	CASINO GUICHARD PERRACHON TF 14/24		200.000	99,99		199.981	111	221.872	5.321	3,248%
FR0012057412	CFCM NORD EUROPE 14/19		1.000.000	99,85		998.528	100	1.004.050	1.392	0,808%
XS0864870398	CREDIT AGRICOLE LONDON 12/15		1.500.000	100,00		1.499.962	100	1.500.150	1.557	0,479%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		1.500.000	99,96		1.499.365	101	1.515.015	1.576	1,081%
XS0983853986	CREDIT SUISSE LONDON 13/15		1.800.000	100,00		1.799.937	100	1.800.450	1.054	0,281%
DE000A1R07L4	DAIMLER AG 13/15		1.500.000	100,00		1.499.967	100	1.500.570	1.059	0,310%
DE000A0EUP98	DEUTSCHE GENOSSEN-HYPOBK		800.000	106,94		855.545	107	857.080	5.348	4,000%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		300.000	103,53		310.597	109	328.227	4.586	2,250%
XS1113441080	GEMALTO NV TF 14/21		200.000	99,20		198.395	103	205.858	1.153	2,125%
FR0011707710	HSBC FRANCE 14/16		2.800.000	99,96		2.798.775	100	2.803.640	1.694	0,335%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		200.000	99,41		198.825	119	237.974	1.274	3,750%
BE0002478536	INFRAX CVBA TF 14/29		100.000	99,90		99.898	106	106.302	453	2,625%
XS0966078908	ING GROEP NV 13/15		400.000	99,99		399.959	100	400.220	201	0,531%
XS0181049205	LANDBK HESSEN-THUERINGEN 03/15		2.000.000	100,31		2.006.140	100	2.001.920	345	0,207%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		3.000.000	100,23		3.006.813	101	3.015.390	303	0,182%
XS0831383194	MAN SE TF 12/15		1.000.000	99,94		999.379	100	1.003.610	2.767	1,000%
FR0011993120	NEOPOST SA TF 14/21		1.300.000	99,49		1.293.370	97	1.264.718	17.007	2,500%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
	sub-total	7.434								
	total	7.434	78.300.000			85.817.024	86.366.209	285.090		
	3 - TOTAL GERAL	7.434	78.328.931			85.832.986	86.391.696	285.661		

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VICTORIA-SEGUROS, S.A.



VICTORIA-SEGUROS, S.A.



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-0º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de VICTORIA - Seguros, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 128.687.976 Euros e um total de capital próprio de 40.103.135 Euros, incluindo um resultado líquido de 21.003 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações de Rendimento Integral, de Variações nos Capitais Próprios e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

Sociedade Anónima - Capital Social: 1.250.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição n.º 9011 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNP Registo n.º 502-988-202 - C. Comercial de Lisboa sob o mesmo número
A member firm of Ernst & Young Global Limited



2

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de VICTORIA - Seguros, S.A., em 31 de Dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007 de 27 de Abril e respectivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a Informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 26 de Março de 2015

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)
Representada por:

Ana Salcedas

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1230)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃORELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2014

Exmos. Senhores Accionistas
VICTORIA-Seguros, S.A.

Durante o exercício acompanhamos, nos termos legais e estatutários, da gestão e evolução dos negócios da VICTORIA-Seguros, S.A. tendo tomado conhecimento dos actos de gestão da Administração da Sociedade e verificado, em base de amostragem, os registos contabilísticos e os correspondentes documentos de suporte.

Como trabalho de fim de exercício procedemos à verificação da correcção das contas da Sociedade compreendendo o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, a Conta de Ganhos e Perdas (Conta Técnica e Não Técnica), as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício então findo e os respectivos Anexos.

Verificámos, igualmente, que os critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros e a que a Sociedade se encontra legalmente sujeita.

Do Conselho de Administração obtivemos sempre as informações e os esclarecimentos solicitados, o que nesta oportunidade agradecemos.

Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas e do Relatório Anual sobre a Fiscalização efectuada, ambos sem reservas, com cujos teores concordamos.

Analisámos ainda o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o qual é esclarecedor da actividade da Sociedade neste exercício e satisfaz os requisitos legais e estatutários.

Em conformidade com o exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral da VICTORIA-Seguros, S.A. aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2014;



- b) A proposta de aplicação dos resultados no Relatório de Gestão;
c) A gestão da Sociedade exercida em 2014 pelo Conselho de Administração.

Nesta oportunidade, manifestamos o nosso apreço pela excelente colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 26 de Março de 2015

O Conselho Fiscal


João de Lara Everard
(Presidente)


Santiago Gil de Biedma
(Vogal)


António Vilar
(Vogal)

VICTORIA

Uma empresa do Grupo Segurador **SMA**

Num mundo em que nada perdura e em que até o tempo é alvo de mudança, a VICTORIA mantém a solidez e estabilidade que a caracteriza, cultivando os mesmos valores de sempre:

ENTUSIASMO E ESPIRITO DE EQUIPA.

Temos energia para enfrentar todos os desafios
Colaboramos entre nós
Promovemos o nosso desenvolvimento
Celebramos os sucessos
Temos orgulho naquilo que fazemos
Valorizamos a diversidade de ideias

CONFIANÇA E TRANSPARÊNCIA.

Somos claros na informação que damos
Agimos com seriedade e rigor
Respondemos por aquilo que fazemos

ORIENTAÇÃO PARA O CLIENTE.

Valorizamos o Cliente, antecipando as suas necessidades
Surpreendemos o Cliente com evidência do nosso apoio e competência

EXCELÊNCIA NA EXECUÇÃO.

Somos eficientes na utilização dos recursos disponíveis para atingir o resultado a que nos propomos
Somos inovadores, melhorando continuamente os processos e a nossa atuação
Somos capazes de fazer acontecer

Edifício VICTORIA - Av. da Liberdade,
200 1250-147 Lisboa - Portugal
T 213 134 100 · F 213 134 700

Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico